

# AJUSTE: QUE RICOS PAGUEM A CONTA



Reprodução

Haddad parte em defesa de projeto e afirma: “Vamos continuar fazendo justiça tributária”, ao reagir a distorções que favorecem os mais ricos e ameaçam o orçamento social

**focus**  
**BRASIL**

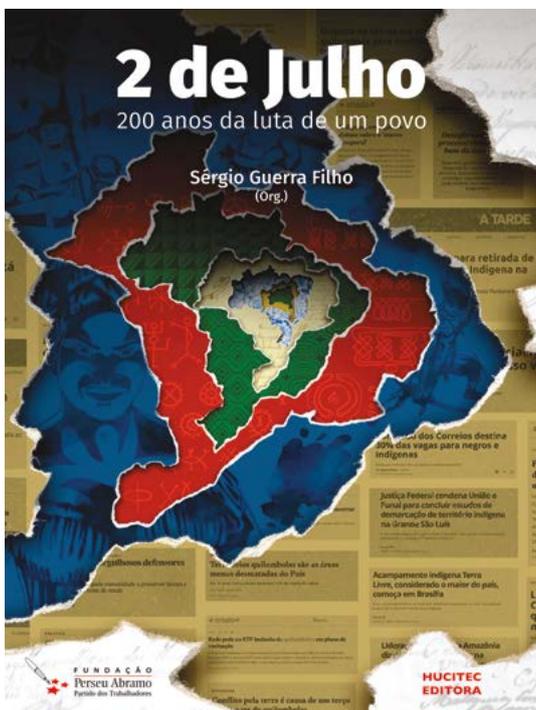
Fundação Perseu Abramo 01 de julho de 2025 Nº 196

Governo continuará buscando justiça social, garante Fernando Haddad

Zé Dirceu: “Precisamos recuperar nossa autonomia e voltar a falar com o povo”

Caged desmonta preconceito: Bolsa Família impulsiona mercado de trabalho

“Pedi socorro ao presidente e fui ouvida”: Moinho conquista moradia digna



# focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

**Diretor de Comunicação:** Alberto Cantalice

**Coordenador de Comunicação:** Pedro Camarão

**Coordenador editorial:** Guto Alves

**Diagramação e Arte:** Nathalie Nascimento

**Colaboradores:** Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente:** Paulo Okamoto

**Vice-presidente:** Brenno César Gomes de Almeida

**Diretoras:** Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

**Diretores:** Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára

Jorge Bittar e Valter Pomar

## CONSELHO CURADOR

**Presidenta:** Eleonora Menicucci

**Conselheiros:** Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

## SETORIAIS

**Coordenadores:** Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

## CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



# Ajuste necessário

Justiça fiscal em disputa: Haddad enfrenta o Congresso e reafirma compromisso com os que mais precisam. O ministro da Fazenda reage à derrubada do decreto do IOF, anuncia recurso ao STF e defende a justiça tributária como pilar do governo Lula. **pág. 06**

## CARTA AO LEITOR

Romper o cerco dos donos da bufunfa e seus aliados

**pág. 05**

## CAPA

“Vamos continuar fazendo justiça tributária”, diz Haddad após derrubada do IOF

**pág. 06**

Cinco motivos para você se importar com justiça tributária no Brasil

**pág. 08**

15 livros para entender a economia brasileira, o orçamento público e a injustiça tributária

**pág. 10**

## BRASIL

“Pedi socorro ao presidente e fui ouvida”: Moinho conquista moradia digna com apoio do governo federal

**pág. 13**

Marco Civil da Internet:

“STF atuou em uma lacuna deixada pelo Congresso”, diz pesquisador

**pág. 15**

## ENTREVISTA

José Dirceu - “Precisamos recuperar nossa autonomia e voltar a falar com o povo”

**pág. 20**

## ECONOMIA

Dados do Caged desmentem preconceito: Bolsa Família impulsiona inserção no mercado formal

**pág. 31**

## CULTURA

Da infância nos becos do Jurunas à arte digital no Mabe: o percurso de GC ARTE, voz do afrofuturismo amazônico

**pág. 34**

Livro sobre o 2 de julho na Bahia será lançado em cortejo no Pelourinho

**pág. 37**



# Romper o cerco dos donos da bufunfa e seus aliados

As origens históricas da desigualdade e o poder político do agronegócio e do mercado financeiro, escreve o diretor de comunicação da FPA

Alberto Cantalice

**N**o Brasil, a perversa concentração de rendas e riquezas nos coloca na vexaminosa posição de uma das dez economias mais desiguais do planeta. Essa concentração vem desde as capitânicas hereditárias, na época da colonização, e se espalhou pelo Império, pela República Velha e persiste até os dias atuais. Incontáveis historiadores, sociólogos e antropólogos identificam a herança da colonização escravocrata por trás das iníquas condições de vida a que parte da população brasileira é submetida.

Os bolsões de pobreza nas áreas das grandes cidades, a ocupação de morros e encostas são frutos da ausência de uma reforma agrária no período da abolição da escravatura, da derrubada dos cortiços para a modernização das cidades, sem a preocupação de alocar essa população em espaços com um mínimo de condições de habitabilidade.

Esses bolsões de miséria foram engrossados pela grande migração interna, onde a fuga das áreas de seca e de ausência de trabalho com a falência da monocultura do açúcar, e a busca por uma vida melhor no Centro-Sul do país, movimentaram milhões de brasileiros. Um dos movimentados foi

Luiz Inácio Lula da Silva. Nascido no agreste pernambucano, foi trazido para São Paulo junto com os irmãos por Dona Lindu, na tentativa de recomposição do núcleo familiar, já que seu pai tinha migrado antes.

Lula, tal qual milhões de nordestinos no século XX, viveu as mesmas agruras que sofreram os negros e negras libertos: a ausência de uma moradia digna ou de um pedaço de terra onde pudesse iniciar a vida.

Fome, más condições de vida, enchentes e subemprego eram o que se apresentava como panorama para os deserdados da terra no Brasil. Mesmo a Revolução de 30, liderada por parte das oligarquias e dos tenentes e tendo como “chefe” Getúlio Vargas, criou a CLT para os trabalhadores urbanos e excluiu os trabalhadores rurais, já que não conseguiu se contrapor à força do agrarismo.

Só recentemente, com a Constituição de 1988, se conseguiu a inclusão dos trabalhadores rurais na Previdência Social, tendo a União que suportar um grande passivo social, que naturalmente seria uma dívida dos patrões.

O agrarismo, transmudado hoje para agronegócio, cresceu e se tornou a potência econômica que é graças aos financiamentos do Banco do Brasil e à excelência da empresa pública Embrapa: com sua expertise em uso do solo, melhor aproveitamento das se-

mentes e da irrigação.

O tal agronegócio, apesar de representar algo em torno de 5% da economia nacional (podendo chegar a 20% se incluir a cadeia de beneficiamento, agroindústria), controla quase a metade do Parlamento brasileiro. Um contrassenso.

Com lucros exorbitantes e pouco tributo, o setor hoje é um dos grandes investidores no mercado financeiro e de títulos públicos, via aplicações bancárias. É esse casamento de interesses que transforma a bancada ruralista em defensora intransigente dos interesses do mercado financeiro. É a consagração do “legislar em causa própria”.

Foram também setores do “agro” que financiaram a ocupação de portas de quartéis e aluguéis de ônibus para o 8 de Janeiro.

Logicamente, a ramificação do andar de cima não se reduz aos empresários do agro. Os banqueiros, os especuladores da moeda, os donos da jogatina, os operadores de plataformas das big techs, entre outros, é que são os donos da bufunfa. Eles são poucos perante os 210 milhões de brasileiros. Porém, detêm o poder econômico e tentam, pela manipulação midiática, controlar a narrativa de que o governo é gastador.

Esse discurso mentiroso, se confrontado com a realidade das isenções tributárias do andar de cima, não para em pé. É contra esses interesses que estamos lutando. Não é pouca coisa! ■



Divulgação/MP

# “Vamos continuar fazendo justiça tributária”, diz Haddad após derrubada do IOF

Haddad reage com firmeza à derrubada do IOF, reforça o compromisso com a justiça fiscal e defende o decreto como essencial para garantir programas sociais e equilíbrio nas contas públicas

**A**o lado do presidente Lula no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, Fernando Haddad não deixou dúvidas sobre a resposta do governo. “Pode gritar e falar. Vamos continuar fazendo justiça tributária.” A frase resume o tom com que o ministro da Fazenda reagiu à decisão do Congresso Nacional de derrubar o decreto que ajustava as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras. A medida fazia parte do esforço do governo para corrigir distorções e ampliar a arrecadação de forma progressiva, sem penalizar os mais pobres.

A revogação imediata provocou reação institucional. No mesmo dia, a Advocacia-Geral da União ingressou com uma ação declaratória de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para garantir a validade do decreto presidencial. Segundo o advogado-geral da União, Jorge Messias, a decisão do Legislativo representa riscos fiscais graves e fere o princípio da separação de poderes.

O ministro da Fazenda voltou a criticar as brechas que beneficiam setores privilegiados e reafirmou o compromisso com um sistema mais justo. “No Brasil, o jabuti é órfão de pai e mãe. Ele aparece numa lei para favorecer um grande empresário. Para tirar esse jabuti do ordenamento jurídico é um parto”, ironizou.

Haddad refutou o discurso de aumento de impostos. Lembrou que o governo anterior congelou a tabela do Imposto de Renda e penalizou os trabalhadores, ao passo que a atual gestão isentou quem ganha até dois salários mínimos e propõe ampliar a isenção para até cinco mil reais. “O conge-

lamento da tabela do IR foi o aumento mais cruel de imposto que um presidente pode fazer.”

## **Arrecadação em risco e cortes à vista**

Com a derrubada do decreto, a estimativa de arrecadação para 2025 cai para R\$ 12 bilhões. Haddad afirmou que essa receita seria suficiente para garantir o orçamento de políticas públicas sem descontinuidade. Para compensar, o governo prepara o corte de ao menos R\$ 15 bilhões em gas-

**“Não é para o governo, é para o Brasil”, diz ministro sobre responsabilidade fiscal**

tos tributários nos próximos dois anos. Uma proposta mais ampla, que atingiria benefícios constitucionais, foi retirada após pedido de líderes do Congresso.

O ministro afirmou que os ajustes são necessários para evitar prejuízos à população mais pobre e manter o equilíbrio fiscal. “Se tivermos o decreto do IOF e a medida provisória que foi encaminhada, isso vai dar conforto para o Brasil. Não para o governo, mas para o Brasil executar seu orçamento.”

## **Crise institucional e disputa política**

A ofensiva do governo incluiu ainda um movimento jurídico para preservar prerrogativas do Executivo. “O decreto respeita os limites da lei. Sua derrubada afeta

a sustentabilidade fiscal do Estado brasileiro”, disse Jorge Messias. O líder do governo na Câmara, José Guimarães, reforçou que o recurso ao Supremo não é um confronto com o Congresso, mas uma defesa institucional. “Respeitamos a decisão, mas o Congresso também precisa respeitar as atribuições do Executivo.”

As redes sociais também se tornaram palco do embate. Vídeos e campanhas associaram o governo ao aumento da carga tributária. Em resposta, o PT fortaleceu a campanha da “Taxação BBB” (bilionários, bancos e bets) como eixo de sua proposta de justiça fiscal. Haddad, por sua vez, rebateu declarações do ex-presidente Jair Bolsonaro e destacou os resultados do atual governo. Lembrou que a fome foi drasticamente reduzida e que o Brasil tem hoje a menor taxa de desemprego da história recente. “Essa é a economia que o presidente Lula está construindo para o Brasil.”

## **Recomposição da base e pauta econômica**

O governo mantém articulações para aprovar medidas prioritárias antes do recesso parlamentar. Guimarães informou que buscará alinhamento com o presidente da Câmara, Hugo Motta, para votar temas como a nova LDO, a PEC da segurança, o PL do Imposto de Renda e o ajuste fiscal. “Nossa luta é contra a fome. É para que aqueles que não pagam imposto, passem a pagar. E jamais comprometer quem está no andar de baixo”, afirmou Guimarães.

A equipe econômica também prepara a regulamentação da taxação de grandes fortunas e a revisão de incentivos fiscais ineficientes. A prioridade, segundo Haddad, é avançar nas reformas estruturais sem elevar a carga tributária sobre os que menos ganham. “Não é para o governo. É para o Brasil.”



# Cinco motivos para você se importar com justiça tributária no Brasil

Reforma propõe isenção para quem ganha até R\$5 mil, mais impostos para super-ricos e menos desigualdade na cobrança de tributos

Redação Focus Brasil

**D**esde o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a ideia de justiça tributária deixou de ser um tema técnico restrito ao Ministério da Fazenda e passou a fazer parte do cotidiano do governo como objetivo a ser cumprido. O brasileiro que paga imposto no contracheque ou no supermercado passou a ouvir mais sobre o assunto e agora tem mais motivos para se manter informado: o governo fe-

deral quer corrigir uma injustiça histórica.

## O que está em jogo na reforma tributária

A reforma tributária, aprovada em 2023 e atualmente em fase de regulamentação, é considerada a mais abrangente das últimas décadas. Seu objetivo é simplificar o sistema, unificar impostos sobre o consumo, corrigir distorções que penalizam os mais pobres e tornar a cobrança mais eficiente. Ao mesmo tempo, ela propõe mudanças na tributação da renda e do patrimônio, elementos cen-

trais da chamada justiça tributária.

Desde o início do mandato, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem liderado o esforço para aprovar medidas que enfrentam resistências de setores privilegiados e do Congresso Nacional. O governo Lula busca equilibrar justiça social com responsabilidade fiscal, propondo uma nova lógica de arrecadação que distribua melhor os impostos, sem aumentar a carga total, e que ajude a financiar políticas públicas essenciais.

**A seguir, veja cinco razões pelas quais o tema importa diretamente para a sua vida:**

# 1

## **Quem ganha menos pode parar de pagar imposto de renda**

A proposta eleva a faixa de isenção do IR para até R\$ 5 mil por mês, o que beneficia trabalhadores de baixa e média renda. Para compensar, lucros e rendimentos de capital passam a ser mais tributados. É uma correção esperada há anos, que alivia o contracheque de quem ganha pouco e dá mais equilíbrio à carga tributária.

# 2

## **Os super-ricos começam a pagar o que nunca pagaram**

Hoje, quem vive de lucros e dividendos paga menos imposto do que quem vive de salário.

O governo já aprovou a taxação de fundos exclusivos e offshores e estuda novas formas de contribuição para grandes fortunas.

A meta é clara: corrigir distorções históricas sem pesar ainda mais sobre a classe média.

# 3

## **O sistema vai ficar mais simples e menos injusto**

A reforma tributária aprovada em 2023 criou o modelo do IVA dual, que unifica impostos como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins.

A cobrança será automática, o que reduz burocracia, combate fraudes e facilita a vida de empresas e consumidores.

# 4

## **Ninguém vai pagar mais do que pode**

A ideia de justiça tributária vem acompanhada da neutralidade fiscal, ou seja, a carga total de impostos não será aumentada.

O que muda é a distribuição do peso: quem paga muito, segue pagando, mas de forma equilibrada. Quem quase não paga, mas pode contribuir, passará a fazê-lo gradualmente, respeitando as diferenças regionais e sociais.

# 5

## **Mais justiça no bolso e nos serviços públicos**

O foco das mudanças não é só arrecadar: é financiar políticas públicas com mais equidade. Saúde, educação, segurança alimentar e combate à fome estão entre os destinos centrais dos recursos que virão de uma nova lógica tributária. No fim das contas, o cidadão ganha quando o Estado arrecada de forma mais justa e devolve em serviços de qualidade.



## 15 livros para entender a economia brasileira, o orçamento público e a injustiça tributária

Publicações da Fundação Perseu Abramo ajudam a decifrar como o sistema econômico do país afeta o dia a dia da população e quais caminhos podem levar a um Brasil mais justo; obras podem ser baixadas gratuitamente no site da editora FPA

Rose Silva

**A** atual disputa do governo federal com o Legislativo sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que dominou o noticiário nos últimos dias, deve definir de onde

sairá o dinheiro para cobrir os R\$ 20,5 bilhões necessários para cumprir a meta fiscal do orçamento de 2025. Isso porque o governo federal já bloqueou ou contingenciou R\$ 31,3 bilhões em despesas deste ano, mas o Parlamento resiste em aprovar alternativas que evitem cortes ainda maiores dos gastos primários, por exemplo, com saúde e educação,

que costumam afetar a população mais pobre.

Para entender melhor a disputa e como ela interfere diretamente na vida das pessoas, conheça as publicações da Fundação Perseu Abramo que ajudam a entender a economia, o orçamento público e o sistema tributário no Brasil. Elas podem ser acessadas gratuitamente pelo site da Editora FPA.



**• Economia para a transformação social – pequeno manual para mudar o mundo**

De Juliane Furno e Pedro Rossi  
Registro do curso de formação da Fundação Perseu Abramo em 2022. Acessível e rigoroso, fornece ferramentas para qualquer debate econômico, com uma perspectiva de transformação social.



**• Crescer e distribuir é possível**

De Eduardo Fagnani, Gerson Gomes e Guilherme Mello  
Com base em dados e gráficos, os autores demonstram que a política econômica do PT não quebrou o Brasil e defendem o crescimento com distribuição de renda.



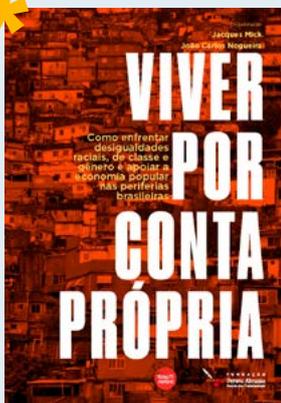
**• Economia feminista no Brasil: contribuições para pensar uma nova sociedade**

De Marilane Teixeira, Margarita Olivera e Clarice Menezes Vieira  
Coletânea de estudos da Rede Brasileira de Economia Feminista, trazendo análises teóricas e práticas para transformar a economia sob uma perspectiva de gênero.



**• Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**

De Léa Marques  
Resultados de pesquisa sobre trabalho informal nas periferias, incluindo aspectos regionais, sociais e de gênero.



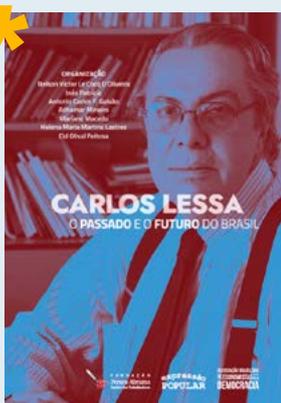
**• Viver por conta própria**

De Jacques Mick e João Carlos Nogueira  
Estudo sobre trabalhadores autônomos nas periferias, suas motivações e desafios. Traz também propostas de políticas públicas para fortalecer a economia popular.



**• Celso Furtado: os combates de um economista**

Organização coletiva  
Coletânea em homenagem ao economista, destacando a atualidade de seu pensamento e sua luta por um Brasil soberano.



**• Carlos Lessa, o passado e o futuro do Brasil**

Organização coletiva  
Homenagem ao economista Carlos Lessa com reflexões sobre sua obra e sua visão de um Brasil soberano e justo.



**• Os ricos e poderosos**

De Marcio Pochmann e Reginaldo Moraes  
Análise da elite econômica brasileira: quem são, como vivem e como governam.



**• Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e política**

*Organização de Hildete Pereira de Melo*

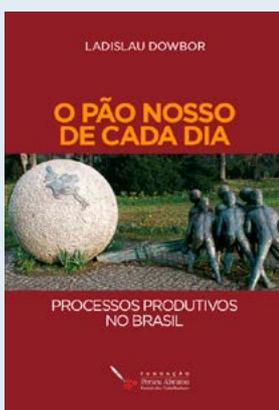
Textos escolhidos pela própria autora ao longo de 50 anos de trajetória, organizados pelo Centro Internacional Celso Furtado.



**• Introdução à economia solidária**

*De Paul Singer*

Panorama da economia solidária, desde seus fundamentos até sua prática no Brasil.



**• O pão nosso de cada dia: processos produtivos no Brasil**

*De Ladislau Dowbor*

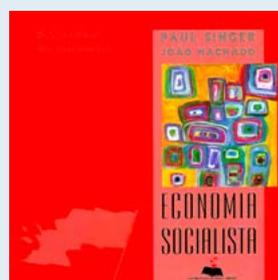
Propostas alternativas de desenvolvimento a partir de uma análise dos processos produtivos no Brasil.



**• Capitalismo, Classe Trabalhadora e Luta Política no Início do Século XXI**

*De Marcio Pochmann e Reginaldo Moraes*

Estudo sobre as transformações da classe trabalhadora e os impactos da terciarização no Brasil.



**• Economia socialista**

*De João Machado e Paul Singer*

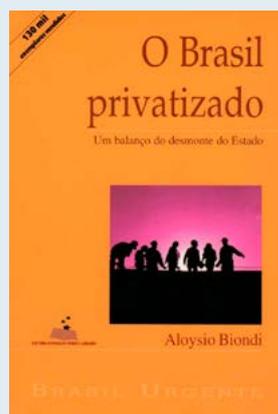
Primeiro volume da coleção Socialismo em Discussão, com reflexões sobre a economia socialista no Brasil e no mundo contemporâneo.



**• Os donos do dinheiro: o rentismo no Brasil**

*Vários autores*

Estudo sobre o avanço do rentismo no país, especialmente no governo Bolsonaro, e suas implicações políticas e sociais.



**• O Brasil privatizado: Um balanço do desmonte do Estado**

*De Aloysio Biondi*

Texto integral da clássica denúncia sobre o processo de privatizações no Brasil, publicado originalmente em 1999.



Sergio Silva/PPA

**MORADIA DIGNA** Presidente Lula anuncia, na comunidade do Moinho, acordo que garante moradia sem financiamento para famílias de baixa renda

## “Pedi socorro ao presidente e fui ouvida”: Moinho conquista moradia digna com apoio do governo federal

Governo Lula garante R\$ 250 mil por família na favela do Moinho; moradores comemoram vitória e fim da ameaça de despejo

Rose Silva

Foi em clima de celebração e alívio que a favela do Moinho, no centro de São Paulo, recebeu na última quinta-feira (26/6) o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A visita marcou a assinatura de um acordo entre o governo federal e o governo do Estado de São Paulo para garantir moradia definitiva a cerca de 900 famílias que vivem na ocupação. Lula caminhou pelas vielas, entrou na casa de uma das moradoras e visitou a creche

da comunidade.

Acompanhado por ministros e pelo presidente da Caixa, o presidente ouviu relatos, agradecimentos e reafirmou o compromisso com uma política habitacional que respeite a dignidade de quem vive nas periferias. Para ele, o momento é de justiça.

“Na cabeça de muita gente da elite, pobres e pessoas que moram em favelas são considerados bandidos. Eles não tratam vocês como homens e mulheres trabalhadoras, que querem ter o direito de ser felizes, construir família, morar bem, trabalhar, ter uma casa razoável para morar e viver com a cabeça erguida”, disse.

### Repressão e resistência

Durante o evento, a líder comunitária Flávia da Silva, da Associação dos Moradores, relembrou episódios de violência ocorridos em abril, quando o governo estadual tentou executar uma reintegração de posse na área.

“A Sexta-Feira Santa foi de terror. A polícia enviada por Tarcísio não veio para dialogar, e sim agredir. Moradores feridos com balas de borracha, crianças na creche tomando bombas, idosos sendo atropelados. Foi uma vergonha.”

Ela agradeceu ao presidente e aos aliados pela intervenção: “Hoje ficará marcado como o dia



**ALÍVIO** Moradora observa a movimentação na favela do Moinho no dia da visita presidencial; cerca de 900 famílias receberão subsídio integral para a compra de um novo imóvel



em que recebemos a visita do presidente da República aqui no Moinho.”

Gabriela Fernandes Paula, outra moradora, também narrou sua trajetória até a comunidade, após perder a casa quando o marido ficou desempregado. Ela participou da resistência contra a reintegração e celebrou a nova proposta de habitação. “Na proposta anterior, a gente ia pagar por 30 anos. Agora, vou poder escolher onde morar e essa casa será do meu filho no futuro.”

### Subsídio sem financiamento

A portaria assinada durante a visita garante que cada família com renda de até R\$ 4.700 receberá R\$ 250 mil para compra de um imóvel. O valor será dividido entre o governo federal, que entra com R\$ 180 mil por meio do pro-

**Moradores  
relatam  
episódios  
de violência  
policial e  
celebram vitória  
após meses  
de tensão e  
resistência**

grama Minha Casa Minha Vida, e o governo paulista, que aporta R\$ 70 mil, sem que os moradores assumam dívidas ou financiamentos. Enquanto aguardam a mudança, receberão aluguel social de R\$ 1.200.

A ministra Esther Duek detalhou que o terreno ocupado, de propriedade da União, será cedido ao Estado para a criação de um parque, e que a saída das famílias se dará de forma voluntária e respeitosa. “As casas permanecerão de pé até que todos tenham saído. Ninguém será removido à força.”

O ministro Jader Filho informou que uma lista com os nomes das famílias contempladas será publicada em breve. Em seguida, a Caixa Econômica Federal fará o atendimento individual, permitindo que cada família escolha onde deseja comprar o imóvel, em qualquer município do estado de São Paulo ou da capital. ■



## **Marco Civil da Internet: “STF atuou em uma lacuna deixada pelo Congresso”, diz pesquisador**

Ergon Cugler classifica como acertada a decisão do Supremo de ajustar o artigo 19 da legislação que trata da responsabilização das plataformas nas redes sociais

**O** Supremo Tribunal Federal definiu, na última quinta-feira (26), como parcialmente inconstitucional o artigo 19 do Marco Civil da Internet. O trecho do dispositivo, em vigor desde 2014, trata sobre a responsabilidade das redes sociais em relação aos conteúdos publicados por usuários.

Por 8 votos a 3, os ministros decidiram que a regra atual não protege adequadamente os direitos fundamentais e a democracia e ampliou as obrigações das plataformas digitais no Brasil.

Com a mudança, as plataformas poderão ser responsabilizadas na esfera civil em caso de não agirem após uma notificação extrajudicial feita por um usuário para remoção de determinado conteúdo ofensivo. Antes da decisão do Supremo, as empresas eram obrigadas a excluir a publicação somente se houvesse uma ordem judicial específica.

Especialista que atua no movimento pela democratização da comunicação, o pesquisador Ergon Cugler, do Laboratório de Estudos sobre Desordem Informacional e Políticas Públicas, DesinfoPop, da FGV, trouxe um panorama da legislação e as perspectivas a partir das mudanças no marco regulatório.

Confira a entrevista:

**- Antes do novo entendimento a partir do julgamento, o que o artigo 19 do Marco Civil da Internet diz sobre a retirada de conteúdos pelas plataformas?**

- O artigo 19 do Marco Civil da

Internet nasce lá em 2014 com uma preocupação de que não ia ser razoável as plataformas ou os provedores de aplicação de internet derrubarem conteúdos a torto e a direito, ou seja, ele nasce com uma preocupação de preservar a liberdade de expressão. E aí tem um ponto muito sensível, até para destrinchar um pouco a questão do próprio artigo 19, quando ele fala de provedores de aplicações de internet, a gente não tá falando só de rede social, só de plata-

## “Congresso se omitiu e o STF preencheu a lacuna sobre regulação das plataformas”, diz pesquisador

formas, são também provedores de aplicação de internet, como o WordPress, por exemplo, o próprio “.br”, por si só, também é um provedor. Então, o artigo 19 vinha no sentido de proteger o conjunto da internet como um todo. E aí, tem um pulo do gato, que foi malandragem das plataformas, por quê? O artigo diz assim: ‘o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerados por terceiros, se após ordem judi-

cial específica não tomar as providências’. Em nenhum momento, o artigo diz que a plataforma não pode derrubar conteúdo ilícito. O que o artigo 19 diz é que ela não pode ser responsabilizada civilmente. Então, essa questão, ela é muito importante, porque isso daqui foi o palco do próprio debate do STF.

**- Como é o funcionamento desse mecanismo na prática? Quais são os casos?**

As plataformas hoje, falando de maneira prática, elas já derrubam conteúdo. Se você tem um conteúdo de pedofilia, no geral, a plataforma derruba. Se você tem um conteúdo mais violento também. Então as plataformas, elas foram dando a desculpa de que não iriam derrubar determinado conteúdo aqui ou ali, com base em um artigo que na verdade não proibia elas de derrubar conteúdo, na verdade prevenia elas de serem responsáveis civilmente pelos danos. E aí o que o STF debateu? Foi curioso porque o STF começou um debate se iria considerar esse artigo 19 constitucional ou inconstitucional. E na verdade o debate do STF, ao longo dos votos que foram pro-

feridos pelos ministros, foi indo para uma linha de não dizer que o artigo é necessariamente inconstitucional, mas o de dar uma reinterpretção para o artigo 19. Além delas não serem impedidas de derrubar conteúdo, agora, além disso, elas também são responsáveis visivelmente por um rol de crimes praticados no ambiente digital. E aí eu acho que, nesse sentido, a postura do STF foi acertada. Porque não está dizendo que qualquer conteúdo, que qualquer pessoa denuncie vai ter que cair

ou então a plataforma vai ser responsável lá na frente. Não, não é isso. Em um rol de conteúdos, a plataforma tem que atuar, inclusive de forma preventiva, que são os atos antidemocráticos, o terrorismo, indução suicídio, automutilação, discriminação racial, crimes contra mulher e violência de gênero, pornografia infantil e tráfico de pessoas. Então, nesse rol de itens, as plataformas passam a ser responsabilizadas a partir da não ação. Basta uma notificação extrajudicial, não precisa nem ter uma decisão judicial, para que elas sejam obrigadas de alguma forma a retirar o conteúdo, senão elas vão pagar uma multa, vão ter que responder de alguma forma. E é importante destacar que a discussão do STF excluiu aplicativos de mensageria, como é o caso do WhatsApp, do Telegram, por exemplo, e os provedores de email, que não podem ser responsabilizados por ameaças que as pessoas façam por meio de email ou videoconferência. Mas o fato é que em rede social, plataforma de rede social, o entendimento agora é bem objetivo. Publicou conteúdo que pratica algum desses crimes, teve notificação extrajudicial e decidiu manter o conteúdo, então, além de você ter autoridade ali para retirar, você se torna responsável civilmente por aquele conteúdo.

**- E qual foi o contexto para que o STF tivesse interesse em regulamentar o entendimento do artigo? Sabemos que a regulamentação é um tema que está na sociedade, inclusive agora, com a Inteligência Artificial. Mas, qual foi o estopim com relação às plataformas para que o debate avançasse na corte?**

- Tem algumas datas que são muito marcadas para a gente que está lá no movimento social porque a gente estava no dia da votação do PL 2630, que é o tal do PL da Fake News, e percebemos que foram alguns acontecimentos que suscitaram esses debates. Primeiro, lá em abril de 2023, a gente teve um boom de ameaças de ataque em ambiente escolar. Então tinham várias ameaças surgindo, que iam massacrar escolas, isso foi em abril de 23. E eu posso até dar um dia aproximado, que é o

## **“Para Ergon Cugler, decisão do Supremo sobre o Marco Civil evidencia ausência de regulação transparente no Brasil”**

dia 20 de abril, geralmente, o dia do ano que a gente tem mais ameaças porque é o aniversário do Hitler e o aniversário do massacre de Columbine. Eles aproveitam, nessas proximidades, para tentar ampliar a radicalização, né, tentar cooptar jovens e tudo mais. E aí teve a posição do Flávio Dino, ainda enquanto ministro da Justiça e Segurança Pública, querendo apresentar um projeto do Executivo e o Congresso Nacional falando: ‘opa, tem uma aqui um projeto

de lei que já está em discussão há algum tempo, não precisamos de um projeto do Executivo, vamos discutir o PL 2630, né?’ A princípio, o Arthur Lira topou bancar a disputa desse projeto, relatado pelo deputado Orlando Silva, aqui de São Paulo. Foi aprovada a urgência do projeto, mas no dia da votação, que seria 2 de maio de 2023, menos de um mês depois das ameaças que estavam acontecendo no ambiente escolar, a gente não teve voto suficiente na avaliação do próprio relator, do Orlando Silva, enfim, da bancada do governo, para botar para votação. E aí o projeto ficou engavetado, o Lira mandou para um grupo de trabalho discutir, retirou da relatoria do Orlando Silva e aí ficou sem qualquer tipo de respaldo do Congresso Nacional um debate nesse sentido. E foi uma pena porque o debate das redes sociais polarizou de um jeito, assim, completamente irracional. O lobby das plataformas foi muito pesado, especialmente do Google. O Youtube mandou carta para os influencers falando sobre o PL, houve um direcionamento indevido nas buscas sobre o assunto, até o Spotify tocou faixas de propaganda contra, violando as regras de uso, de ter publicidade

política. E o resultado foi o Congresso Nacional se acovardando de debater sobre o 2630, e esse assunto ficando à mercê de uma polarização que imbeciliza, infelizmente, a discussão, porque quem era contra, não sabia muito bem o porque era contra, mas falava que era contra o ‘PL da censura’, o ‘PL da mordaza’, né? Então, o que aconteceu foi o STF reagindo a essa omissão. O que também traz preocupação para os movimentos sociais.

**- Preocupação em que sentido?**

- Falando enquanto movimento social, a leitura que se tem hoje é que é muito negativo o STF ter tido que debater isso por omissão do Congresso. Esse debate deveria ter sido feito no Congresso. Não à toa, a forma como foi no STF abriu várias zonas cinzentas, tem o rol ali de provedores de aplicações de internet que não foram explicitados, mas tem um outro ponto que também é uma zona cinzenta, que é a da atuação excessiva. Então, por exemplo, hoje, a plataforma, tal como ela foi oportunista no passado, dizendo o artigo de 19 proibia ela de derrubar conteúdo, quando o artigo 19 não proibia, só isentava responsabilização civil, ela agora pode derrubar conteúdo a torto e a direito, dizendo que ela está prevenindo. Então, a plataforma agora de alguma forma, se não tiver algum critério de transparência para as medidas dela, se não tiver um órgão que fiscalize a atuação, por exemplo, ela pode, aí sim, aplicar uma responsabilização excessiva e remover conteúdo. Dizendo 'ah, mas se eu mantiver isso, eu corro o risco de ser processada civilmente. Então, é uma das consequências'. Então, olha só como esse tipo de discussão, caberia muito ao Congresso pensar: 'beleza, então qual vai ser o órgão regulamentador que vai olhar para as plataformas para ver se elas estão atuando com devido dever de cuidado, que é o termo inclusive que tem sido usado, né? Para prevenção dessas práticas no ambiente digital. Se elas estão, de fato, prevenindo ou se elas estão só derrubando o post. Então, a lacuna de ter sido discutido no STF é consequência

de um Congresso Nacional que foi omissivo na coragem de debater a necessidade civilizatória de uma internet que seja dentro do das quatro linhas da constituição, que é o que eles adoram falar, né?

**- E ainda tem a reação das plataformas, né...**

- O que a gente tem hoje é a mesma dinâmica que a gente viu em outros países, tanto na União Europeia, especialmente na Alemanha, mas também na Austrália.

## **“Não dá para uma padaria ser fiscalizada e o Google não”, afirma especialista sobre responsabilização de plataformas”**

Hoje, o Google está falando que se o STF expandir os critérios de responsabilização, eles podem até querer sair do país. Vale lembrar, que na Austrália, quando eles passaram um projeto que pautava a remuneração jornalística de conteúdos circulados nas plataformas, também tiveram plataformas que falaram que iam proibir conteúdos jornalísticos,

porque senão iam ter que ficar pagando. Proibiram por um tempo, mas depois voltaram, porque viram que a receita delas, inclusive, caiu, porque elas passaram a ter menos audiência. Então, de fato, assim, se uma padaria de esquina precisa cumprir regras de vigilância sanitária para não dar alimento estragado para as crianças, por exemplo, porque uma plataforma de rede social não deve ser responsabilizada para não dar conteúdo estragado para as mesmas crianças, né? Falando de criança, porque é uma pauta moral que infelizmente acaba sendo a única que dá para dialogar com quem acha que seria o suposto PL da censura. Então, eu acho que a discussão vai passar agora muito por 'ok, temos o entendimento de responsabilização civil das plataformas, a partir da omissão de solicitações extrajudiciais, mas como que a gente garante uma transparência? Quem é o órgão que vai fazer um acompanhamento disso? Quem vai regular se as plataformas estão de fato cumprindo isso, sem excederem na sua decisão de retirada de conteúdo, por exemplo?

**- Você citou o PL 2630, disse que o STF veio no sentido de preencher essa lacuna. Mas o PL abordava outras propostas de avanço, além da regulamentação desse ponto? Os movimentos entendem que há outras questões ainda a serem resolvidas?**

- A gente costuma dizer dentro do movimento social que chamar de 'PL das Fake News', inclusive, nem faz tanto sentido. Sabe por quê? Se você dá um control F, um buscar lá no PDF, na versão que o Orlando colocou para votação no 2 de maio, são 110 páginas e não

aparece uma vez a palavra 'fake news' e a palavra desinformação aparece apenas duas vezes. Então, o PL 2630, em essência, não tratava de regular necessariamente o que uma pessoa vai falar, se aquilo é fake news, se aquilo não é fake news. Ele não criava uma tipologia do que é a mentira, por exemplo. E essa foi a mentira que a extrema direita, inclusive, compartilhou para tentar desmoralizar, chamando de Ministério da Verdade. Por outro lado, o 2630 falava de três coisas: liberdade de expressão, corresponsabilização e transparência das plataformas. Primeiro, a liberdade de expressão vai até a vírgula em que um crime é cometido. Então, quando a gente tem esses ataques em ambiente escolar, vale lembrar que também em abril de 23, o Telegram se negou a entregar dados de usuários de grupos neonazistas que estavam combinando ataques em ambiente escolar com o argumento de que se feriria o direito à privacidade e à liberdade de expressão desses usuários. Segundo, corresponsabilização. A partir do momento em que uma plataforma ganha dinheiro, tem um impulsionador, tráfico pago, por exemplo, que a gente bota para uma mensagem chegar mais longe. A partir do momento que um conteúdo é impulsionado, ela se torna sócia, corresponsável pelos potenciais danos daquele conteúdo. Se trata dessa decisão da plataforma, se ela ganha dinheiro, aceita divulgar ou se ela não ganha dinheiro e rejeita aquele anúncio, ela passaria a ser mais criteriosa. E o terceiro ponto, que é a transparência das plataformas, seria dela minimamente e aí o PL 2630 era até muito gentil. Não era para abrir o algoritmo, dar o segredo industrial. Tinha uma previsão lá, por exemplo, de colocar relatórios periódicos, semestrais até, para que a plataforma pudesse fazer uma espécie de

prestação de contas de como ela estava atuando nesse preventivo, nesse dever de cuidado. Então, de forma muito resumida, o 2630 tratava disso e colocava na discussão a necessidade de um agente regulador, que até então, o mais indicado era o comitê gestor da internet no Brasil, o CGI. A ideia é que o CGI pudesse ser o cara que ia ler esse relatório semestral e falar: 'olha, tá cumprindo ou não tá'. Só isso que o CGI ia fazer. Não ia decidir o que é verdade, o que é mentira, o que é fake news, o que não é. Então, é isso, o 2630 dava uma maior robustez, um arcabouço jurídico para que fosse possível ter uma melhor regulação das plataformas. A postura do STF é algo um pouco mais paliativo, na medida em que tira das plataformas o argumento de que elas não podem agir em cima de crime praticado no ambiente digital.

**- E como você avalia o interesse das plataformas se posicionando contrárias à regulamentação?**

- O modelo de negócio das plataformas é baseado em manter os usuário o máximo de tempo possível dentro delas. Porque se eu fico cinco minutos, eu vou ver uma, duas publicidades, eu vou dar uma renda muito pequeninha, mas se eu fico nove horas por dia na internet, que é a média de consumo diária do brasileiro, eu vou gerar muita receita para as plataformas. Então, a plataforma é baseada no modelo de negócio em vício de tela, em retenção de usuário para ficar nela. Dito isso, quanto mais tempo a gente fica na plataforma, mas a gente também tá entregando dados para ela poder fazer um perfilamento nosso. Ela consegue saber quais são os nossos medos, nossas angústias, os nossos pontos fracos, as nossas vontades. E o Brasil é um grande mercado consumidor, não só das plataformas, mas da

internet como um todo. Então, elas têm um interesse comercial muito grande no Brasil. E no fim das contas, entre você colocar um bot para decidir se vai moderar ou não o conteúdo e você deixar uma equipe inteira de brasileiros para fazerem essa moderação, você tem um custo muito grande de diferença. Então, você tem um aspecto comercial aí no meio. Vale lembrar do vazamento do Facebook Papers, que foi um vazamento de conversas da alta cúpula do Facebook, quando uma ex-funcionária do Facebook vazou eles dizendo: 'olha, temos aqui relatórios da quantidade de posts com desinformação sobre vacinas. A gente derruba ou a gente mantém esses posts?' E a alta cúpula do Facebook disse para manter por conta da receita que estava entrando. Então, eles tomam decisão baseada, não no bem público, não no que é o melhor para a sociedade, não no que é mais valoroso para a democracia, mas é uma decisão comercial no fim das contas, né? Então, atender uma lei local, se comprometer em combater crimes no ambiente digital, necessariamente, reduz a receita deles. Essa é a guerra de braço que está sendo feita, as plataformas sabem que vão perder dinheiro e vão ter que colocar mais pessoas para fazer a moderação. Então, no fim das contas, uma briga, uma guerra comercial, é uma disputa que é do dinheiro, do quanto elas faturam no nosso país. E aí, é muito curioso porque no norte global, especialmente na União Europeia, em especial na Alemanha, em países ditos desenvolvidos, no Canadá e etc, a regulação, ela já existe de alguma forma. Mas quando é aqui no Sul Global, especialmente no caso do Brasil, a gente viu o poder que o lobby das plataformas tem para barrar qualquer iniciativa de regulação. ■

# “Precisamos recuperar nossa autonomia e voltar a falar com o povo”

Em entrevista à Focus Brasil, José Dirceu (PT-SP) defende a renovação do PT a partir da base, com destaque para o PED como instrumento de mobilização popular e reorganização política. Atento a novas formas de comunicação, relembra a força do partido: “Ganhamos cinco eleições nos últimos 45 anos. Isso não é pouca coisa”, contou

**Alberto Cantalice, Fernanda Otero e Guto Alves**

**J**osé Dirceu atravessa a história política do Brasil como uma presença inevitável: ora arquiteto da estratégia, ora personagem no centro do turbilhão. Nenhum governo de esquerda deixou de passar por sua influência. Nenhum escândalo o apagou da memória nacional. Nenhuma eleição deixou de evocá-lo, seja como símbolo

ou fantasma. Aos 79 anos, depois da guerrilha, do exílio, da presidência do PT, da queda, da prisão e da reconstrução, Dirceu ainda pensa, e pensa em voz alta. Com a lucidez de quem viu o país se reinventar mais de uma vez, defende que o futuro da esquerda começa pela reorganização da base.

Filho de uma família que lhe proporcionou, segundo suas palavras, “uma formação política e

cultural muito sólida”, Dirceu desenvolveu desde cedo uma curiosidade intelectual aguçada e uma vontade militante de transformar o mundo. Entrou no movimento estudantil na adolescência, enfrentou a ditadura, viveu o exílio e se tornou deputado, ministro e presidente nacional do PT.

Em 2002, num jantar em Washington, a editora do jornal The Washington Post, Lally Weymou-



th, apresentou-o como alguém cuja vida “merecia um filme, ou no mínimo, um livro cheio de aventuras”. O filme ainda não veio, mas o livro começou a ser escrito nos dias em que esteve encarcerado. Com revisão de Fernando Moraes, foi lançado em 2017. Dirceu conta que a segunda edição está pronta, agora cobrindo os anos de 2006 a 2014, e prometeu, ainda, um outro livro somente sobre o que viveu sob a Operação Lava Jato, conduzida pelo ex-juiz, hoje senador Sergio Moro (União Brasil-PR).

## O PT em debate

Nesta entrevista à Focus Brasil, ele volta ao centro do debate. Fala sobre o PED (Processo de Eleição Direta), que ajudou a criar em 1999, e defende um novo ciclo de

reorganização partidária. Alerta para o envelhecimento da militância, para a perda de presença nas periferias e para os riscos de um partido excessivamente dependente das estruturas institucionais. “Um partido que depende do fundo eleitoral está fragilizado. Precisamos recuperar nossa autonomia e voltar a falar com o povo.”

Apesar das décadas de exposição, Dirceu segue sendo uma das principais vozes dentro do PT. Entre os quadros mais antigos, é ouvido como referência. Entre os mais jovens, ainda provoca reações. Nenhuma neutralidade. Ao ser questionado sobre seu futuro político, ele é direto: “Estou pensando, sim. Voltei ao Congresso este ano depois de 19 anos. A luta continua.”

Crítico do sistema tributário, defende com firmeza a taxaçoão de lucros e dividendos, e uma reforma do Imposto de Renda que alivie os mais pobres. Também acompanha as transformações no mundo do trabalho e destaca o papel de novos coletivos organizados a partir da base, como os de motoboys e trabalhadores por aplicativo.

“Ganhamos cinco eleições nos últimos 45 anos. Isso não é pouca coisa”, afirma. Mas o tom, agora, é menos comemorativo e mais convocatório: reorganizar, formar, disputar. José Dirceu volta a pensar o Brasil, e não apenas com a memória, mas com o olhar no que ainda está por vir.

**- Em seu livro de memórias, há uma passagem que diz: “O**

**PED, processo de eleição direta, não só democratizou a disputa [interna do PT], como também deu voz ao filiado sem tendência. A verdade nua e crua residia no seguinte, as tendências se opunham e se opõem à eleição direta, porque perderam o poder de restringir o PT a um partido exclusivo de militantes, congelando e ossificando a vida partidária. era a concepção sempre presente de partido de vanguarda”. Você mantém essa afirmação? Desde o primeiro PED, em 1999, que mudanças você vê?**

- Só se agravou. O PT, na verdade, é contraditório, como tudo. 35% das brasileiras e brasileiros têm alguma simpatia pelo PT. Na verdade, 15% têm pelo PT e 15% por partidos que não sejam ou PT ou de esquerda, pois são duas pesquisas diferentes. E o PT foi o partido mais votado para a Câmara até a eleição passada, chegamos a eleger noventa e dois deputados em 2002. É um acontecimento histórico, é um fenômeno político mundial, porque a nossa classe trabalhadora é muito jovem, ela tem 120 anos, nasceu em 1917, da imigração e das mudanças que estavam acontecendo no mundo. E no Brasil, com a infraestrutura que os ingleses estabeleceram no país: as ferrovias, o telégrafo, os portos, os bancos, a urbanização das cidades para extrair daqui as matérias-primas e ocupar nosso mercado com produtos manufaturados. Só que a 1ª Guerra Mundial permitiu o início da industrialização, que já vinha acontecendo por causa da migração. Vamos lembrar que na greve de 1917, os jornais eram em catalão, galego, calabrês, genovês, não eram em português. A classe trabalhadora nunca pôde ter um partido que a representasse. O Partido Comunista Brasileiro, que foi fundado em 25 de março de 1922, foi reprimido a vida toda, foi clandestino a vida toda, e sofreu a derrota da

insurreição de 1935 e o estigma do anticomunismo. E mesmo na redemocratização, o governo do (Eurico Gaspar) Dutra foi um governo muito anticomunista, cassaram o registro e o mandato dos parlamentares do PCB, e foi um governo antissindical, antioperário, e nós tivemos 21 anos de ditadura militar. Surgiram outros partidos. O PTB foi um partido da classe trabalhadora, nacionalista,

## **“O golpe de 2016 foi uma resposta da elite ao avanço popular dos governos Lula e Dilma.”**

democrático, desenvolvimentista – uma aliança de classes. Mas houve uma coisa importante: a classe trabalhadora votou nele. Tanto votou que, às vésperas do golpe militar, o PTB já era um dos maiores partidos da Câmara. Se não me engano, tinha eleito 150 deputados em 1962 – e essa é uma das razões do golpe. Inclusive, o PTB tendia a ser um partido majoritário. E a classe trabalhadora votou na frente do MDB a partir de 1974, que ganhou a eleição sem essa expectativa. Foi um protesto

espontâneo, também pela ação do MDB, evidentemente, das suas lideranças, principalmente as que surgiram depois das ‘autênticas’, e votou nele até 1989. Em 1989, começou a votar no PT. Nós ganhamos cinco eleições presidenciais. É um fato histórico: ela se constituiu como seu partido, abraçou o PT como seu partido, grande parte dela. Uma parte dela já foi ‘Ademarista’, já foi ‘Malufista’, já votou no Collor, votou no Bolsonaro, votou no Fernando Henrique Cardoso. Porque ela também vai se formando conforme a disputa política e cultural, as condições concretas. Portanto, o PT é um patrimônio fantástico. Mas, ao mesmo tempo, apesar de ter 1 milhão, 1.5 milhão de militantes, o PT foi ficando um partido de parlamentares, de uma certa burocracia e das tendências, e as tendências foram minguando, deixando de produzir política, foram caindo em capacidade de produção política. Lógico que nós temos que levar em consideração que fomos reprimidos de 2013 a 2019, literalmente reprimidos, porque não podíamos sair às ruas com o nosso símbolo. E mal pudemos fazer campanha em 2016 e 2020. Em 2018, fizemos campanha com o presidente Lula preso e com a nossa ex-presidenta afastada por um golpe parlamentar-jurídico. É algo muito grave, tudo o que aconteceu. Mas o PT mostra a sua resistência, a sua base social e, num mundo em transformação, num Brasil em transformação, ela não é resposta, mas continua valendo. Considero um erro gravíssimo para o PT não ter tido o PED em 2017, porque as condições eram diversas. Agora, prorrogar os mandatos em 2023, não fazer nem Congresso e nem PED... Eu acho que estamos pagando por isso hoje. Então, eu espero que sim, o PED é um avanço comparado com os Encontros. Qual é a crítica aos PED? As deformações que existem

no sistema de convocação, de votação, de uso de poder econômico, de transporte, de filiações em massa mais. Mas isso pode existir no encontro, pode existir no PED, não é por causa do PED que existe isso; no encontro também pode existir. Nós temos que combater isso, mas não acabar com o PED. Apesar de ser legítimo que alguns considerem que não deve ter PED, eu continuo muito defensor do PED, e que o PT precisa colocar seus filiados no mundo digital, no smartphone. Eu votei na OAB de São Paulo, acompanhei a eleição na OAB de Brasília – sou advogado em Brasília e em São Paulo. A eleição aqui teve centenas de milhares de votos, advogados, e foi disputadíssima do ponto de vista político: várias chapas com linhas políticas diferentes, orientações sobre o papel da OAB, sobre as discussões, sobre os problemas do país, sobre o papel do Supremo, se foi golpe ou não... Foi um debate político intenso. Porque, lógico, o debate presencial, a nossa presença nos territórios, nos Diretórios do PT, nos Núcleos do PT, nos setoriais do PT – tudo isso é muito importante. E eu digo isso porque, de 2013 a 2021, não pude militar, fui preso quatro vezes, fiquei quase um ano de torzeleira sem poder sair de Brasília, do meu apartamento, e 40 meses no regime fechado, quatro meses no regime semiaberto, então, não pude participar da vida do PT. Mas sempre fui um dirigente, um militante muito presente na base do PT, nas lutas. Sou totalmente favorável ao PED e mantenho o mesmo diagnóstico: o PT precisa, primeiro, se digitalizar. Veja bem, o ICL não existia quatro anos atrás, nem o Metrôpolis, que está se tornando o segundo site do Brasil, passando o Globo. E nós, com o Fundo Partidário e o Fundo Eleitoral? Porque o Fundo Eleitoral deixa um patrimônio, o que você faz com ele fica, não cons-

truímos uma rede à altura da disputa que a direita faz com as fake news nas redes. Erro nosso, todos nós. Agora está virando costume: você não pode criticar a direção, não pode ser um ‘dirigente crítico’... Não sei de onde inventaram isso no PT. Parece coisa pessoal, parece ataque, parece que... Nem grêmio estudantil tem isso! É inacreditável. E digo isso assumindo minha responsabilidade, para não parecer que estou querendo criticar esta ou aquela tendência, esta ou aquela direção.

## **“O judiciário virou um partido de oposição, criminalizando a política e a esquerda.”**

**- Esse ajornamento que o PT teve que fazer sobre a sua direção quando presidente, ainda antes do PED, que permitiu que a gente conquistasse postos de poder político, prefeituras importantes como a prefeitura de São Paulo em 1988, com a Erundina, e outras vitórias - e depois a vitória do Lula em 2002 - você acha que, ao fazer essa opção, a gente também traz para dentro da estrutura partidária os vícios,**

**não só da política brasileira, mas da vida popular brasileira?**

- Veja bem, vamos lembrar que no começo do PT, e eu fiz parte dessa disputa, nós começamos a discutir se o PT devia ou não ser legalizado. Teve uma disputa, muitos consideravam que não. Segundo, se o PT devia ou não participar de eleição. Porque vamos lembrar que veio para o PT o movimento sindical autêntico nascente, que era a força da classe trabalhadora dentro do PT, junto com as comunidades de base eclesiais e os trabalhos de bairro que cresceram na década de 1970, como as greves foram na década de 1970, é uma nova força política, social, cultural que surge uma nova classe trabalhadora, inclusive da indústria pesada, não só da indústria de bens duráveis ou da indústria leve, mas também da indústria pesada. E foi discutido, inclusive, se devia ter programa de governo ou não. Eu me lembro da primeira reunião que nós fizemos, um dos plenarinhos da Assembleia Legislativa de São Paulo para discutir o programa de governo, onde havia uma oposição radical a isso, queriam aquela plataforma da fundação do PT, o manifesto e a plataforma antiditadura. Por quê? Porque aqueles partidos que estavam dentro do PT se consideravam a vanguarda da classe trabalhadora marxista-leninista. E vamos lembrar que nós vivemos meses discutindo entre Greve Geral ou Assembleia Nacional Constituinte, que era muito uma tradição também dos grupos políticos anteriores ao PT. E o que levou o PT para frente foi ‘Eu quero votar para o presidente’, que era muito da conjuntura e da situação histórica que o Brasil vivia naquele momento.

Então, o PT já nasce como partido diferenciado, até porque é uma classe trabalhadora que não viveu a experiência da outra classe trabalhadora internacional. E a

geração que está com 40, 50 anos no PT, ela não tem como referência a Revolução Russa de 1917, o marxismo, a luta do povo vietnamita contra a agressão americana, a luta pelos direitos civis nos EUA, a Revolução Cubana, o maio de 1968, ela tem referência ao Lula, ao lulismo e ao petismo. O exemplo disso eu tenho em casa, que é o Zeca Dirceu. Ele foi formado no PT, formado no lulismo, no petismo atual, não foi formado no marxismo. Eu tive uma formação política muito sólida, uma formação cultural muito sólida. Veja bem: era cinema, era teatro, era literatura, era o meio social que me cercava. Tive um privilégio pelo lugar onde nasci e pela família em que nasci. Dois privilégios que a gente não escolhe. Porque na minha cidade havia um colégio de padres franceses - com aulas em seis, sete línguas, gratuito, desde os três anos de idade. E meus pais, meu pai e minha mãe, mesmo tendo só o curso primário, mantinham biblioteca em casa. Fui educado pelo Tesouro da Juventude, aquele livro positivista que bebia da Revolução Francesa. Aprendi quase a ler com ele, fui formado por ele, ainda com PH. Então, o PT se diferencia muito. Lógico, quando optamos pela estratégia do 5º e do 7º Encontro (que o poder não se toma, mas se constrói) e quando realizamos o 1º congresso do PT, quase fizemos um revisionismo como o que levou os partidos europeus à tragédia, mas a correlação de forças interna, entre a esquerda do PT e as diferentes correntes (mais ou menos à esquerda), acabou trazendo o equilíbrio necessário, 'Um PT que não renuncia ao socialismo, mas sim à ditadura do proletariado' pra fazer uma síntese, uma caricatura; o PT abraça uma estratégia eleitoral e traz, sim, todos os vícios e problemas que estão presentes hoje. Não

precisamos esconder o sol com a peneira: temos problemas sérios. Há muita profissionalização nas campanhas, o peso das emendas no PT é grande também - não é exclusivo de outros partidos. Passamos a ter mandatos importantes, com experiência, liderança e legitimidade, mas são mandatos de seis, sete, oito... até dez legislaturas. Isso se deve tanto à repressão contra nós quanto por termos assumido o governo. Porque vamos lembrar: nós viemos das classes

## **“A mídia golpista nunca aceitou um projeto de nação para os pobres.”**

trabalhadoras ou no mínimo das classes médias baixas - não somos parte da pequena burguesia. Não somos um partido das elites. Pela primeira vez, trabalhadores, trabalhadoras, filhos das classes médias baixas chegaram a ser vereadores, deputados, secretários municipais, secretários estaduais, governadores, governadoras, prefeitas... até Presidente da República. Formamos assim uma enorme geração: gestores, ad-

ministradores, líderes políticos, parlamentares e ativistas, e fomos privilegiando cada vez mais o institucional, porque lembrem que o PT tinha três pilares. Eu mesmo fui deputado aqui em São Paulo, eu construía o PT, participava das lutas e era deputado estadual. Eu fiz o PT. Fiz, não, eu, não; nós fizemos, porque era um grupo de lideranças e de militantes e de dirigentes, mas a minha responsabilidade era a região de Marília, que é a Paulista, chamada Alta Paulista, Ribeirão Preto, Osasco, Guarulhos e Diadema, e eu fui deputado estadual por isso, não foi só por causa de 1968, do movimento estudantil, que também foi importante pra mim, tanto que lancei minha campanha em cima de um caminhão, na Maria Antônia. Mas foi esse trabalho de base, essa militância que me elegeu deputado, e no PT já começava a surgir aquela coisa: “Ah, eu tive tantos votos”. Você, não, o PT e a militância te deram. Como eu tive a maior votação do PT em São Paulo, depois do nosso Luiz Inácio Lula - 500 mil votos em 2002. Mas foi a militância do PT que me deu. Foi o PT que me fez. Então, nós temos sim, arrastamos conosco um peso excessivo institucional, do governo. Agora, tem que dar um desconto também. porque vamos lembrar: o mensalão tirou o núcleo do governo, do PT, do partido: José Genoíno, Silvío Pereira, Delúbio Soares - tirou o núcleo do PT na Câmara: João Paulo Cunha, Paulo Rocha, Professor Luizinho - tirou o núcleo do PT no governo: eu, o Gushiken, o Palocci, depois o Gilberto Carvalho veja bem - não é pouca coisa que aconteceu. O Márcio Tomaz Bastos sair do governo, foi um arraso o que aconteceu. Entre o Mensalão e a Lava Jato, dezenas de gestores, formuladores e quadros estratégicos do PT; no governo, no partido, no parlamento;



O ex-ministro Zé Dirceu durante lançamento de suas memórias, o primeiro volume, em 2018

foram afastados. Sem contar os que, infelizmente, já nos deixaram. Vou citar dois nomes: Marco Aurélio Garcia e Luiz Gushiken. A experiência e o acúmulo que eles tinham. No meu caso, devo grande parte da minha formação política a Rui Falcão, meu amigo de 60 anos, e ao Marco Aurélio Garcia. Eu era muito jovem quando saí do Brasil em 1969, trocado pelo embaixador americano. Vivi na clandestinidade, fiz treinamento militar em Cuba, voltei para lutar aqui entre 1971 e 1972. Fui para Cuba novamente, retornei em 1974 e vivi em Cruzeiro do Oeste até 1979. Quando voltei em 1979, essas referências foram cruciais. Porque as pessoas às vezes não percebem que são produtos de uma experiência histórica, política, de resistência. Conviver com essas lideranças foi um privilégio e não poderia ser diferente. Perdemos territórios por múltiplas razões: a repressão à Igreja Popular e à Teologia da Libertação sob João Paulo II, as mudanças no mundo do trabalho (automa-

ção, precarização), as derrotas políticas (o golpe contra Dilma, as reformas trabalhista e previdenciária), a revolução tecnológica, as transformações no campo religioso... e por erros nossos. Mas hoje vemos uma nova geração de vereadores e vereadoras bem enraizados nos territórios, em lutas diversas: LGBT+, feminista, antirracista, estudantil, mostrando que é possível reconstruir. A principal batalha agora é a reconstrução do PT. Como nossa presidenta Gleisi Hoffmann começou a destacar, essa palavra ganhou força. Se queremos responder quem sucederá Lula, a resposta é o próprio PT. Claro que há lideranças importantes, mas outro Lula só surgirá daqui a 50 ou 100 anos. Por isso, nosso foco prioritário deve ser a reconstrução partidária.

- **No seu livro, você salienta a importância dos militantes e dos filiados e filiadas do PT. A militância se diz, hoje, “perdida”, ou “desmotivada” com tantos acontecimentos em Brasília. Como**

**que a gente pode estimular os petistas a votarem, a ocuparem as ruas? E você acha que o PED pode funcionar como um estímulo nesse momento?**

- Bem, se o PED tivesse digitalizado, ele seria um instrumento fantástico. Nós temos que colocar os milhões de filiados do PT no celular, é uma coisa básica, nós temos que fazer funcionar as instâncias de novo. As instâncias têm que funcionar, têm que interagir. Vou dar dois exemplos extremos: nosso presidente Lula não se reuniu com a nossa bancada federal, promoveu um jantar. As decisões do partido acontecem sem consultar os diretores regionais, sem consultar os presidentes dos diretórios de capital, sem envolver as bancadas estaduais, as instâncias pararam de funcionar. Parte por causa da repressão, parte por causa dos problemas nas ruas. Fato que nós ficamos correndo atrás do prejuízo, vamos dizer assim. Depois do golpe da Dilma, depois a prisão do Lula, depois tem que eleger o Lula, tem que formar um

governo, é um período de resistência. Por isso que a gente sempre destaca a figura da presidenta Gleisi, como quase que a nossa heroína nesses anos, porque ela presidiu o PT nos piores momentos do PT, então tem que se preservar os quase no partido, você não pode fazer uma crítica destrutiva nem à direção nem aos quadros do partido, mas é uma realidade a resistência não funcionar.

Segundo, nós vivemos um momento muito complexo de governo, que é muito difícil para a militância administrar, por isso que tem que falar para a militância com franqueza, como eu falei que a base do governo era uma base de direita, porque senão a militância não vai entender o que está acontecendo. E tem que falar para ela das limitações do nosso governo.

E tem que ter mais discussão, mais transparente, sobre as decisões do governo, e porque elas não aconteceram. Porque uma coisa é você tomar uma decisão e tecer todo o partido discutindo, explicando e ouvindo, inclusive, a oposição, as críticas que têm. Como o próprio Arcabouço Fiscal, para dar um exemplo, tem muitas outras medidas, entendeu? E, por causa das dificuldades que nós enfrentamos, porque há uma certa desesperança, mas ela não tem base real, porque nós vencemos a eleição de 2022, nós derrotamos o bolsonarismo, pelo menos eleitoralmente. Ele podia ter sido presidente e nós sabíamos qual seria o nosso destino se eles tivessem ganhado a eleição do PT, porque quase que caçam nosso registro, é uma vitória extraordinária. É verdade que a democracia brasileira tem problemas gravíssimos, não é o caso aqui de a gente entrar em detalhes. Está havendo uma disfuncionalidade no papel do Supremo, aliás, o João Paulo Cunha tem falado sobre isso com maestria. Eu acabei de escrever um artigo so-

bre isso, tudo que o governo Lula fez até agora. E há uma realidade, a correlação de força é desfavorável a nós, porque a direita vem em 2016, 2018, 2020, 2022, acumulando força e nós estamos sendo reprimidos. E ela consolidou uma maioria na Câmara, no Senado, sem o bolsonarismo, sem nós, ela tem maioria quase constitucional, são quase 54 senadores e quase 308 deputados, então, é uma situação, e no mundo que nós estamos vivendo, e com os problemas

**“Bolsonaro foi um desastre, mas o centrão é tão perigoso quanto.”**

que o Brasil enfrenta. Mas, assim mesmo, os avanços do governo em dois anos e meio são extraordinários, dentro dessa perspectiva. Agora, se você não discute em um debate com a militância, ela fica meio vendida, como se diz... a palavra do mercado é melhor falar perdida, em vez de vendida.

**- O João Pedro Stedile esteve na FPA recentemente e, questionado sobre seu posicionamento bastante crítico ao governo Lula,**

**ele respondeu: “nosso comportamento é igual o comportamento da gaviões da Fiel. Quando o time está jogando bem, a gente aplaude e canta. Quando o time está jogando mal, a gente crítica e até vaia, mas nunca abandonamos o time, nós somos desse time”. Você acha que o comportamento é esse mesmo?**

- O Lula falou um dia, acho que em uma reunião nossa, uma reunião do PT, e foi usado por alguns dos candidatos no PED, que ele não queria “puxa-saco”, e eu gravei aquilo, que nós temos o direito de criticar, devemos criticar, devemos debater, eu mesmo escrevo algumas vezes. Porém, devemos escolher sempre o momento, o modo e o método certo, porque nós sabemos como são nossos adversários, nós sabemos qual é a realidade do Brasil. Se o governo comete erros? Comete. Se o nosso presidente comete erros? Comete. Nós temos o direito de criticar, não vejo nenhum problema nisso. Eu defendi o arcabouço fiscal porque virou política oficial do governo, e precisava de 10, 15 votos para aprovar uma série de medidas, aí começa a criar dentro do partido uma tendência a transformar a oposição ao arcabouço como elemento principal. Então, o Lula tira o Haddad, faz déficit público e segura depois as consequências, entendeu? Porque nós vimos as consequências com a história do pix, nós sabemos o poder que tem o mercado financeiro, a maioria de direita e de extrema direita na Câmara, no Senado, e a opinião pública mesmo. E as pautas que a opinião pública nos apoia, elas estão aí para nós, e nós temos que buscar essa embocadura. Aliás, o Lula levantou a bola para nós, já que estamos falando de futebol, duas vezes: luta contra os juros e depois, os trabalhadores e trabalhadoras no orçamento, e os ricos no imposto de renda, ele levantou isso. Nós fizemos uma campanha

nacional? Criamos um movimento? Não. Então, também... Nós é que temos que mobilizar, não é, Lula? É verdade, e eu já falei várias vezes: o Bolsonaro tinha o cercadinho, as motocicletas, as lives, e ele marcava a atividade 30 dias antes, mobilizava e ia, coisa que nós não estávamos fazendo, isso é uma realidade. Essa é uma realidade, isso é uma crítica. Agora mesmo, vamos fazer dia 10 de julho (dia 9 é feriado em São Paulo), uma manifestação na Paulista, mas é para levar 30, 40 mil pessoas, como São Bernardo fez no 1º de maio. Porque o Bolsonaro teve uma derrota ontem, um fracasso ontem, grande, com muitas consequências, e se é verdade que a nossa derrota na Câmara, por aquela votação, é um sinal, é um símbolo do momento, pois isso é uma questão que já estava escrito nas estrelas, vamos dizer assim, que aconteceria, o caso do Bolsonaro é gravíssimo.

Então, eu acredito que o João Pedro está certo. E eles têm sido francos e sinceros com o presidente quando se reúnem com ele. E tem um problema grave nessa área. Por quê? O Brasil tem 4 milhões de pequenas propriedades agrícolas, isso é um patrimônio, é um patrimônio. Eu sei por que eu vivi isso, vivi no Paraná sete anos e conheço o Sul do Brasil desde a década de 1975, sei o peso que tem a agricultura familiar, inclusive a integrada. Então, nós temos a agricultura integrada, temos a agricultura dos assentamentos, e temos a agricultura familiar; com extensão rural, com tecnologia, e temos 2 milhões que não têm extensão, têm dívida, não têm crédito, não têm tecnologia, que foi desmontado em 2016 e 2018. Nós não falamos isso para o país. Nós não conseguimos reorganizar de 2023 para cá, porque, se você olhar o orçamento do INCRA, da Conab e do MDA, que precisava ser reorganizado, que estava des-

truído, você percebe que não vai dar certo. Então, nós temos um problema. A agricultura familiar, além de criar milhões de empregos, ela pode alimentar o país: nós não temos estoques reguladores, não temos mais política agrícola nacional, a política de compras foi restabelecida, mas a sociedade sabe disso? Então, há um problema de comunicação, mas que é produto também de uma realidade: nós não conseguimos dar ao MDA o orçamento que ele precisa

**“Não há conciliação possível com quem quer destruir direitos trabalhistas.”**

para fazer política. Nós estamos vivendo um momento em que os ministérios estão parando. São dificuldades que enfrentamos por causa do problema fiscal, e o problema fiscal é real, mas não é porque gastamos demais, não! Ele existe por motivos que todos sabemos: os juros altos, a dívida pública... O Brasil é o único país que paga 10% de juros reais na dívida pública. E ainda colocaram títulos no mercado a 20%, NBC mais 15%. Todo mundo está alavanca-

do. Se os juros caírem para 9%, a SELIC, quebra. Eles se comprometeram a pagar 20% para quem aplica em renda fixa ou variável. No mundo de hoje, isso é simplesmente estarrecedor.

**- O ato convocado para o dia 10 de julho na Paulista e o plebiscito popular são oportunidades para o PT se reconectar com a base e mostrar força popular contra a agenda do Congresso? Diante da dificuldade da comunicação tradicional e no enfrentamento a uma máquina poderosa de desinformação da oposição, esse pode ser o caminho para reverter a correlação de forças e trazer de volta a militância para as ruas em torno de uma pauta?**

- Eu participei do ato de lançamento lá no Largo São Francisco. E, desde o começo, tenho conversado muito com o pessoal, com o Igor, com as coordenações, quando estava começando o planejamento, apoiei muito e estimei que se lançasse essa campanha, tanto do '6 por 1' como da reforma do Imposto de Renda Progressivo e mesmo do movimento Sem Anistia, que eu acho que são três palavras de ordem muito importantes hoje. Veja bem, tudo na política você tem que combinar com os russos, lembrando nosso eterno Garrincha, um gênio do futebol e da raça, além do futebol, temos que combinar com os russos. Precisa ter unidade entre nós: governo e partido nisso, movimento sindical, movimento popular, MST, e os partidos - principalmente o PSOL, nó, a Rede e o PV, que está com o PCdoB conosco numa federação. O PDT e o PSB, na verdade, a maioria do PDT votou para derrubar o Imposto sobre Operações Financeiras, já o PSB foi mais dividido. E se é para fazer, nós temos que fazer para levar 30, 40 mil pessoas, e pensar bem no tom. Outra coisa, nós não podemos fazer atos onde falam

15, 20 pessoas, isso não existe, gente! Isso não existe mais. Precisamos ter um pouco mais de disciplina, de organização e de poder de comunicação. Aí o Lula vai falar, já falaram outras 30 pessoas. Eu fui em atos já, o Boulos mesmo fez um ato de pré-lançamento da candidatura dele que foi muito bem-feito: no meio, um palco no meio, o pessoal em volta, pessoas representando diferentes setores da sociedade falando dois, três minutos. Eu fui em um ato em Teresina, que era um lugar lotado de 10, 15 mil jovens, quatro falas de três, quatro minutos, e mais digital, mais imagem, mais mensagem, simbólica de imagem, porque essa é a realidade do mundo de hoje. Então nós também temos que, o importante são as falas, ou o importante é o núcleo da mensagem que nós queremos passar?

Segundo, precisa tomar decisão. Qual é a posição do nosso presidente e do governo? Tem que ficar claro: vamos ao Supremo ou o PSOL que vá? Vamos mobilizar pela nossa agenda ou para atacar o Congresso? Porque se vamos atacar o Congresso, estamos precificando, como diz o mercado, estamos antecipando, estamos comprando o futuro, dizendo: a campanha eleitoral já começou. Eles dizem que não é isso, dizem que o problema seriam as emendas, os inquéritos da PF, o Supremo, a relação com o governo, não é sobre a agenda de privatização da Petrobras, dos ativos públicos, da desvinculação do salário mínimo. Não é essa a agenda deles, nem a reforma administrativa contra a estabilidade. Eu tenho perguntado: o que vocês querem? Que assumamos a agenda de vocês? Isso não vai acontecer, vocês que ganhem em 2026. Ou querem negociar? O problema é que está claro que as emendas têm desvio de função, invadem o Executivo, distorcem prioridades, têm problemas de eficiência e desvios

de recursos, grave, isso está começando a aparecer. E os inquéritos policiais começam, e deputados estão tendo que responder por isso. O inquérito policial e o Supremo começam a querer que se cumpra a Constituição, aí tem um choque, então nós temos um campo minado. Nós temos que ter uma operação antibomba antes de começar. Evidentemente, esse procedimento é totalmente inconstitucional porque ou muda a lei que criou o Imposto de Operação Financeira, que diz que

**“Se a esquerda não for radical na defesa do povo, não terá razão de existir.”**

para aumentar a alíquota, é com o Congresso, ou como está na lei, quem define é o executivo. Então eles não podem fazer isso, não é veto. Veto eles podem derrubar e nós temos que administrar, temos que ver como solucionar quando se derruba o veto. Veto é direito do Congresso, não podemos dizer que é inconstitucional, um deles falou: ‘o governo que vá para o Supremo para ver as consequências’. Nós temos que ter o Supremo como instância de direito, porque amanhã podem nos impor

um semipresidencialismo.

**- Mas aí temos que ter tanto o Supremo quanto o povo - nossa militância já precisa estar preparada para defender isso.**

- Eu vejo assim: é uma decisão que cabe logicamente à nossa presidenta, que agora está licenciada, na SRI - aos líderes da Câmara e do Senado, do PT e do governo: Zé Guimarães, Jacques Wagner, Rogério Carvalho, Lindbergh, o núcleo do governo e o nosso presidente. Qual caminho vamos seguir? Portanto, se é para fazer o 10 de julho, tem que ser como São Bernardo fez, o sindicato decidiu que não podia repetir o que aconteceu no Pacaembu, onde eu estive, e no 1º de maio, que não pude ir por recomendação médica, após um problema de saúde, foi um fracasso total. Minha filha, corintiana, que conhece aquilo como a palma da mão, me disse: ‘Pai, não faz sentido fazer 1º de maio no estádio do Corinthians!’, poderíamos fazer num ginásio para 5 mil pessoas? Porque tudo é imagem, é simbolismo. Muito depende da imagem, do discurso.

**- Há uma disputa crucial que precisamos travar no campo jurídico e intelectual, especialmente sobre o IOF. Tributaristas e parlamentares de direita argumentam que o IOF é apenas um imposto regulatório, não arrecadatório, mas sabemos que, quando envolve recursos, ele se torna arrecadatório também. Não há contradição: é um imposto cujo valor é arbitrado pelo governo federal. O Bolsonaro fixou em 6,5% no passado, caiu no nosso governo, e agora esses advogados defendem o mercado acusando o governo de ‘extrapoler seu escopo’. Como enfrentar essa narrativa?**

- Eu acredito, inclusive, que o Haddad tem sido muito didático nesse sentido, tem explicado em

detalhes o caráter desse imposto. Porque, na verdade, os bancos já pagam, as fintechs é que não pagam. Eu vou dar dois dados: a maior fintech, tem um custo de R\$ 5 bilhões. Um banco grande desses tem de R\$ 50 bilhões. É uma revolução. O Imposto sobre Operações Financeiras é o pretexto, o problema é taxar o governo como gastador e fazer as reformas que não são da nossa agenda, da nossa natureza, que é cortar programas sociais, independente do problema do ritmo do crescimento dos programas, a verdade nua e crua é: se o Brasil não crescer, não há solução para o problema da dívida pública, se não reduzir os juros, não há. Dois terços dessa dívida são juros. São juros! Nós nem gastamos e nem investimos isso, a dívida pública brasileira não cresce por causa do déficit público. Até porque no governo do Lula e da Dilma, em 80% do mandato, teve superávit. E a dívida pública era muito pequena, o problema são os juros. Se os Estados Unidos pagassem 5% de juros reais, metade do que nós pagamos na dívida pública, ele quebra. Uma das razões por que começou a política de reduzir a inflação e de enfrentar o déficit público americano, que é quase 7%, fora o déficit comercial na balança comercial dos Estados Unidos, é o valor da dívida, que já custou um U\$ 1 trilhão nos Estados Unidos, já é 120% do PIB, a italiana é quase 150%, mas eles não pagam juros. A dívida pública alemã pagava menos 0,25% de juros ao ano. Eu sei de empresários brasileiros que compraram fábricas inteiras na Alemanha e o financiamento era isso: menos 0,25%, com a garantia da própria fábrica, e a carência era até a fábrica começar a funcionar. Lógico que você compra! O problema do Brasil é concentração de renda, estrutura tributária e juros altos, o poder do capital financeiro adquiriu capacidade de expropriar a

renda de todos os setores, a renda nacional expropriada não é só do salário, não! Porque o trabalhador hoje, além de pagar mais imposto que 1% da população ou os 10%... Se nós olharmos quem aplica dinheiro no Brasil, são 17 milhões e meio de pessoas. Sendo que um milhão deve ter 70% das aplicações, e os outros 16 milhões têm 30%. Então, o problema é grave. Esse é o problema do Brasil.

E essa questão toda em torno do Imposto sobre Operações Fi-

## **“O neoliberalismo é um projeto de morte que precisa ser derrotado nas urnas e nas ruas.”**

nanceiras é que eles querem nos obrigar a desvincular o salário mínimo, a eliminar os pisos, a privatizar a Previdência. Hoje, a manchete da Folha de São Paulo trata tanto da questão do CNPJ quanto do Simples e tudo isso evidencia uma projeção distorcida, como se o Brasil não estivesse crescendo. Mas essa ideia de que o Brasil não cresce é... Basta visitar qualquer cidade e comparar como era há 10, 20, 30 anos, o Brasil mudou radicalmente nesses 25 anos do século. Qualquer periferia das

grandes cidades hoje é incomparável ao passado. Recentemente, vi um filme sobre a Rocinha, daqueles dramas urbanos que a Globo produz, e a diferença entre a realidade retratada e a atual é estarrecedora. A Rocinha de hoje é um bairro estruturado, lógico, com todos os problemas que ainda precisam ser resolvidos, mas longe do cenário de décadas atrás. O PIB, muitas vezes, é uma métrica ilusória, mas isso não significa que o Brasil não precise, e não possa, crescer duas ou três vezes mais. O problema é político: falta de projeto, problemas técnicos e uma elite que não decide se quer um Brasil inserido no mundo moderno, produtor de energia, alimentos e matérias-primas críticas, com indústria e tecnologia, ou se permanecerá como um país dependente, sem soberania tecnológica e financeira. Repito exaustivamente: nossa pobreza e fome são frutos da desigualdade, não da escassez. Não há como aceitar a tese de cortes sem reduzir as renúncias fiscais e sem implementar um Imposto de Renda progressivo sobre lucros e dividendos, um erro histórico que precisa ser corrigido. Eu acredito que desde o início de 2024 já deveríamos ter avançado com a reforma do Imposto de Renda, seguida pelo IVA e pela taxa de lucros e dividendos. Esse imposto sobre operações financeiras é muito complexo para as pessoas entenderem. Os números não mentem: 70% dos brasileiros apoiam taxar os mais ricos e reformar o IR. Já 80%, segundo pesquisas da Folha, apontam a redução da desigualdade como prioridade máxima do governo. Essa sempre foi nossa principal bandeira. Enquanto isso, o mercado de trabalho vive uma contradição: faltam padeiros, açougueiros, empacotadores e caixas nos supermercados, mas os salários oferecidos são de R\$ 1.800 para jornadas exaustivas

de 6x1. Na indústria a situação é pior, com salários em torno de R\$ 1.400. Sim, há benefícios como VR e FGTS, mas não podemos esquecer que o trabalhador banca sua própria previdência. Apesar do crescimento do emprego formal e da migração de beneficiários da Bolsa Família para o mercado de trabalho, nossa educação profissional está defasada. As gestões Temer e Bolsonaro deixaram um legado de desmonte: implantaram na prática a Escola Sem Partido e precarizaram o ensino médio. Contrastando com isso, temos exemplos exitosos como o SENAI, que forma 1,5 milhão de profissionais, e as ETEC paulistas com seus 300 mil alunos. O anseio das famílias brasileiras é claro: querem escolas em tempo integral que preparem seus filhos para o mercado de trabalho. Essa é a transformação que o governo busca promover através da educação integral e do fortalecimento do ensino técnico, do Pé de Meia. A nova geração de trabalhadores - motoboys, entregadores por app representa uma mudança cultural. Eles desenvolveram seus próprios códigos e não aceitam mais a exploração passivamente, como mostraram as recentes paralisações em São Paulo. Essa ideia de que o povo brasileiro é conservador é conversa da direita - se fosse verdade, não teríamos vencido cinco eleições. O verdadeiro desafio que enfrentamos é que enquanto a direita consolidou sua base, conquistando metade do país, nosso campo político ainda precisa se organizar melhor. Consolidar nossas conquistas e ampliar nossa base nos próximos anos será determinante para o futuro do projeto político que defendemos.

**- Depois de tantos anos com os direitos políticos suspensos, este ano você voltou ao Congresso pela primeira vez desde 2005.**

**Pensando nas próximas eleições, podemos contar com você de volta aos nossos quadros?**

- Minha tendência é ser candidato, acho que depende do PT de São Paulo, depende de conversar. Nosso presidente pessoalmente já me disse que considera, por justiça, que eu deveria virar essa página, ser candidato e tentar me eleger para voltar à Câmara. Também porque acredito que posso contribuir na Câmara pelo Brasil, pelo nosso governo, vamos eleger

**“O povo brasileiro já provou que sabe lutar e vai derrotar esse projeto de exclusão outra vez.”**

nosso presidente e pelo PT. Primeiro pelo Brasil. Acho que posso dar minha contribuição pela experiência que tenho, pelos anos vividos e por tudo que aprendi, inclusive no PT, ao longo desses anos de vida. Quero contribuir, mas vou decidir definitivamente no final do ano. Tenho uma oposição muito forte das minhas filhas - não do Zeca, o Zeca quer que eu seja candidato - mas mi-

nhas filhas, que não são poucas, são muitas, elas são muito contra. Minha filha mais jovem, a Maria Antônia, é bastante contra, relativamente contra. Mas acho que posso ajudar o PT de São Paulo e contribuir para o debate político nacional, porque, evidentemente, tenho um papel no debate político nacional. Acredito que posso ajudar. Na verdade, já está mais ou menos começando a se organizar... Aliás, eu vou lançar o segundo. Já está pronto, estou terminando a última revisão do meu segundo volume de memórias, que vai de 2006 até 2014. Depois da eleição de 2026, vou entrar com o pedido de revisão da ação penal 470 no Supremo - porque a OEA já aceitou, não decidi no mérito, mas já reconheceu que eu tinha direito ao juízo natural. Esse é um ponto: tem vários fatos lá no processo do chamado Mensalão que precisam ser revisitados. Vou pedir essa revisão e depois vou escrever, em 2027, um livro chamado 'Eu e a Lava Jato', para mostrar o que realmente foi, o que significaram essas três prisões. O Supremo me soltava e eles me prendiam de novo inventavam um processo, o Supremo me soltava. Foram três vezes que me prenderam, e praticamente fiquei preso de 2015 a 2019. Para o bem e para o mal. Também soube aproveitar os anos de prisão, como nosso presidente soube fazer. Continuamos lutando, mantivemos a cabeça erguida e vencemos. Temos que lembrar sempre que somos vencedores. Quando nossa militância fica um pouco desanimada, é preciso lembrar o que é o Brasil, o tamanho do Brasil, os problemas do Brasil. De onde viemos em tão pouco tempo - 45 anos é um período muito curto. E o mundo está mudando com uma rapidez extraordinária. O que conquistamos no país... Não podemos ficar olhando para o passado, mas sim para o futuro.



MDS Divulgação

# Dados do Caged desmentem preconceito: Bolsa Família impulsiona inserção no mercado formal

Quase 99% das vagas formais em 2024 foram preenchidas por beneficiários do Bolsa Família, contrariando discursos que associam o programa à falta de esforço ou acomodação

Henrique Nunes

**O**s dados mais recentes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que quem recebe Bolsa Família não se contenta com o benefício: busca inserção no mercado de trabalho. Das 1,69 milhão de vagas com

carteira assinada criadas em 2024, quase 99% foram ocupadas por pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Ou seja, gente que estava à margem e encontrou uma oportunidade graças às ações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Por meio do Programa Nacional de Inclusão Socioeconômica, o MDS mapeou a mão de obra disponível e firmou parcerias com

empresas para direcionar as vagas aos beneficiários. “Criamos um plano de capacitação que envolve muitas frentes e é voltado às vagas disponíveis no mercado. Assim, quem procura uma oportunidade sabe que tem mais chances de conquistá-la. Não apenas oferecemos uma oportunidade, adaptamos as pessoas a ela”, afirma o secretário do MDS e responsável pelo programa, Luiz Carlos Everton.



Ele destaca que os números desmentem o discurso de que o Bolsa Família estimula o ócio. “Pelo contrário. Quem recebe o benefício quer ampliar sua renda e conquistar um trabalho formal. O Bolsa Família tem sido fundamental para esses resultados, porque dá o suporte necessário para que as pessoas possam sair de casa à procura de emprego.”

### **Primeiro Passo e empreendedorismo**

Everton também cita o programa Acredita no Primeiro Passo, criado pelo Governo Federal para ajudar famílias de baixa renda cadastradas no CadÚnico a melhorar de vida por meio do trabalho e do empreendedorismo. O programa oferece cursos profissionalizantes, apoio à busca por emprego e oportunidades para abrir pequenos negócios, com acesso a microcrédito com juros baixos e orientação especializada.

Podem participar pessoas entre 16 e 65 anos com dados atualizados no CadÚnico. Há atenção especial para mulheres, jovens, pessoas com deficiência, comunidades negras e populações tradicionais, como ribeirinhos e quilombolas. “Mais do que ter uma renda, muitas dessas pessoas querem ter o seu próprio negócio e poder faturar, sozinhas, 20 mil, 30

**Quase 99% das  
1,69 milhão de  
vagas formais  
criadas em  
2024 foram  
preenchidas  
por pessoas  
inscritas no  
CadÚnico**

mil ou até mais. Oferecemos todo o suporte para que quem está no CadÚnico também possa sonhar em abrir a sua própria empresa”, afirma.

### **Bolsa Família: ajustes e impacto**

O Governo Federal também atualizou as regras de transição para famílias que passam a ter renda acima do limite de entrada no Bolsa Família. A Portaria nº

1.084, publicada em 15 de maio, entra em vigor em junho, com efeitos a partir da folha de pagamentos de julho de 2025. As alterações se aplicam às famílias que ingressarem na Regra de Proteção a partir de junho. O objetivo é reduzir a fila de espera e priorizar famílias em situação de pobreza, além de manter a sustentabilidade do programa.

Segundo estudo publicado na revista *The Lancet Public Health*, o Bolsa Família evitou mais de 700 mil mortes e oito milhões de internações hospitalares no Brasil. A análise, feita em 3.671 municípios que representam 87% da população brasileira, mostrou efeitos especialmente positivos entre crianças pequenas e idosos.

### **Investimento direto nas famílias**

Em junho de 2025, 20,49 milhões de famílias serão contempladas com um valor médio de R\$ 666, totalizando um investimento de R\$ 13,64 bilhões. O calendário segue até o dia 30, conforme o final do NIS.

### **Auxílio Gás**

Neste mesmo mês, o Governo Federal paga também o Auxílio Gás a 5,3 milhões de famílias no valor de R\$ 108, equivalente ao preço médio do botijão de 13 kg. O investimento é de R\$ 579 milhões.

### **Primeira Infância**

Mais de 8,7 milhões de crianças de zero a seis anos recebem o Benefício Primeira Infância, com adicional de R\$ 150 por criança. O investimento é de R\$ 1,23 bilhão.

### **Benefícios adicionais**

Três benefícios extras de R\$ 50 são pagos a 678 mil gestantes, 260 mil nutrízes e 15,3 milhões de crianças e adolescentes entre sete e 18 anos. O valor total destinado a esses grupos é de R\$ 738 milhões.

# REALIDADE BRASILEIRA

## Fundação Perseu Abramo lança novo caderno de formação para militância do PT

Publicação reúne debates sobre desenvolvimento inclusivo na Amazônia e experiências de governos progressistas no México e Uruguai

**A** Fundação Perseu Abramo acaba de lançar o caderno Realidade brasileira: subsídios para compreender e atuar no cenário político, mais uma publicação voltada à formação política de dirigentes, filiados e militantes do PT. O material traz reflexões sobre os desafios atuais do país e integra uma série de volumes temáticos, iniciada com a edição especial da Teoria e Debate em comemoração aos 45 anos do

partido.

Com base nos debates realizados durante o aniversário do PT, a publicação reúne as contribuições da economista Esther Bemberguy, da professora Mercedes Bustamante e do ex-governador Jorge Viana sobre desenvolvimento inclusivo e COP30, com foco na Amazônia. Também estão presentes as análises de Gleisi Hoffmann, Carolina Rangel (Morena/México) e Fernando Pereira (Frente Ampla/Uruguai) sobre os avanços das esquerdas latino-americanas.

Além de resumos analíticos das mesas, o caderno apresenta perguntas do público, respostas dos debatedores e espaço para anotações, promovendo a troca de ideias com a base partidária. “Esse caderno é um convite à ação. Uma ferramenta para aprofundar a elaboração coletiva e fortalecer a unidade de ação”, afirma o presidente da Fundação, Paulo Okamoto.

A publicação está disponível para download no site da Fundação Perseu Abramo.



Divulgação

## **Da infância nos becos do Jurunas à arte digital no Mabe: o percurso de GC ARTE, voz do afrofuturismo amazônico**

Artista visual paraense transforma vivência periférica em obras afrofuturistas com referências amazônicas, conquistando espaço no circuito nacional e internacional

Rose Silva

**N**ascido e criado no Jurunas, bairro periférico de Belém (PA), o artista visual Gabriel Cardoso, mais conhecido como GC ARTE, é um dos nomes mais jovens e promissores do afrofuturismo amazônico. Aos 30 anos, já integrou ex-

posições no Brasil e no exterior, como “The Democracy Project”, em Manhattan, e foi o primeiro homem negro a expor uma ilustração digital no Museu de Arte de Belém (Mabe).

Participou da abertura da Bienal das Amazônias, tornou-se editor-chefe do coletivo de quadrinhos independentes Açaí Pesado, e é também designer e coidealizador da Jenipapo Feira de Arte Gráfica. Em 2024, lançou “Afrofuturismo Amazônico”, no Espaço Mokaé, e teve a obra Kurupira exibida no Mabe, como parte da mostra “Levantes Amazônicos”. Atualmente, participa do 41º Projeto Arte Pará.

Gabriel afirma que a base de seu trabalho foi construída no contato com a natureza durante a infância, especialmente nas temporadas passadas em Mazagão, no Amapá. Por meio de suas criações, ele propõe um futuro em



que corpos pretos e indígenas tenham dignidade, acesso à tecnologia e senso de pertencimento.

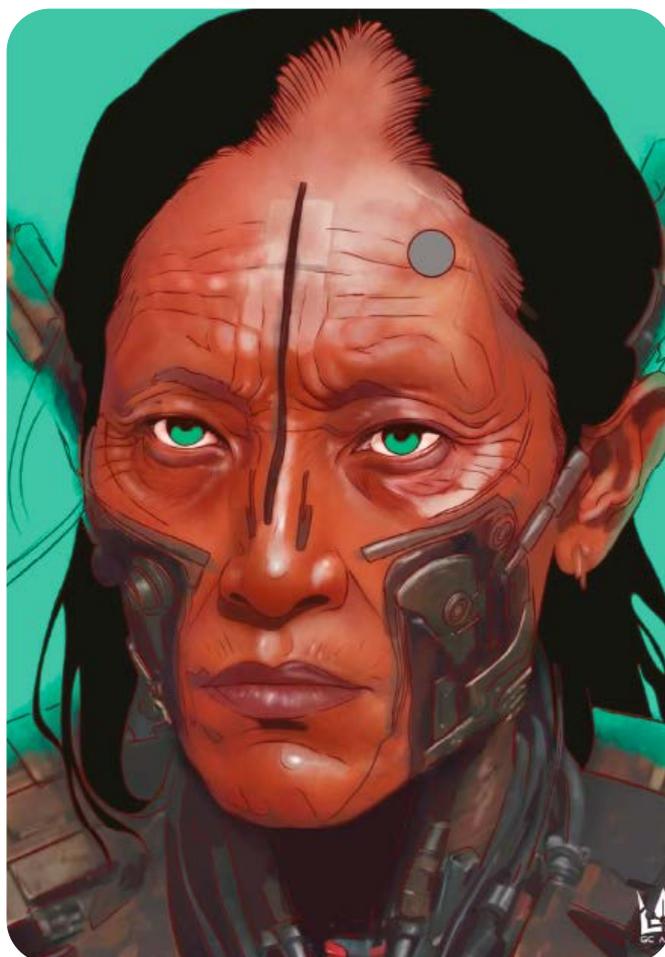
“A primeira vez que visitei uma exposição de arte eu já tinha 18 anos. Acho que isso se deve à falta de incentivo, principalmente aos meninos negros, que não são estimulados a estar em lugares culturais e artísticos”, diz.

Autodidata, seu primeiro contato com o desenho veio das histórias em quadrinhos, que lia compulsivamente na infância e tentava reproduzir. Suas principais referências vêm do afrofuturismo, do carimbó, dos encantados e de outras expressões culturais da Amazônia.

A carreira começou na pandemia de covid-19, quando foi selecionado por um edital da Lei Aldir Blanc, que viabilizou sua primeira exposição solo, Futuro Preto. “Como não era possível expor dentro de uma galeria, por ser um espaço fechado, apresentei meu trabalho na vila onde morava, no Jurunas. E a exposição foi feita em tecidos, que não são um mero suporte para mim. A bandeira é parte da obra. Isso me possibilitou mostrar minha arte a quem eu queria que visse, porque eu, quando criança, não me via nas galerias e tampouco naquelas imagens representadas, que eram sempre de pessoas brancas”, relata.

Desde então, GC tem seguido sua trajetória com recursos obtidos por meio de projetos de incentivo, o que lhe permite viver da própria arte. Aprendeu também a valorizar seu trabalho, seu tempo e sua pesquisa.

“Quando me perguntam quanto tempo levei para concluir um trabalho, digo que estou desenhando desde os dezesseis anos. Então, foram mais de dez anos para essa obra estar pronta. E aí entendi o valor do meu tempo e da minha pesquisa.”





## Livro sobre o 2 de julho na Bahia será lançado em cortejo no Pelourinho

Com realização do CSBH, festividade em Salvador marca a Independência do Brasil na Bahia; a partir desse viés, “2 de julho: 200 anos da luta de um povo” debate desafios e ensinamentos da luta social

Claudia Rocha

O feriado estadual de 2 de julho, data conhecida como a Independência da Bahia, é um momento histórico bastante relevante para a Independência do Brasil, que, apesar do senso comum, durante muito tempo, apontar como um processo pacífico, foi um período marcado por diversos eventos violentos, como foi a guerra entre brasileiros e o exército colonial de Portugal na província da Bahia entre fevereiro

de 1822 e 2 de julho de 1823.

Com protagonistas que simbolizam a pluralidade do povo brasileiro, como as mulheres Maria Quitéria, Maria Felipa, Joana Angélica, e General Labatut, Corneiro Lopes, cacique Bartolomeu Jacaré, entre outros, a guerra contra os portugueses travada naquele momento traz reflexões sobre as lutas enfrentadas pelo conjunto do povo brasileiro contra os interesses das elites até os dias de hoje.

É neste contexto que o livro “2 de julho: 200 anos da luta de um povo” será lançado junto aos festejos da data, em Salvador, na

capital baiana. A obra, de organização do professor Sérgio Guerra Filho, é uma realização do CSBH, o Centro de Documentação e Memória Política Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo.

O lançamento da obra será realizado no meio do cortejo deste ano, na quarta-feira (2), no restaurante Ponto Vital, que fica no Pelourinho, com a presença dos autores e de Elen Coutinho, diretora da fundação. A publicação conta com artigos de pesquisadores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade do Estado



da Bahia e Universidade Estadual de Santa Cruz, além de textos de autores de universidades de outros estados.

O livro surgiu como resultado de uma série de seminários promovidos pela Fundação Perseu Abramo em 2023, na ocasião de celebração do bicentenário da Independência, que agregou diversos atores nas discussões, entre eles integrantes do meio acadêmico, que sintetizaram os debates na obra.

## Passado e presente

“A construção de um mito do 7 de setembro acabou apagando os processos que ocorreram em outras províncias, onde tivemos, inclusive guerras, como foi o caso da Bahia, a participação das pessoas comuns, mulheres, indíge-

nas, a população escravizada, e fica parecendo que a independência foi finalizada com um grito”, diz Sérgio Guerra Filho.

Professor do departamento de História da UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, ele comenta que os protagonistas deste episódio, assim como os fatos desse período, foram apagados da historiografia brasileira durante muito tempo para que triunfasse no imaginário a imagem da famosa pintura de Pedro Américo, “Independência ou Morte”, que retrata D. Pedro I de maneira glamourosa às margens do Ipiranga.

“A gente não pode esquecer que nossa história foi construída a ferro, fogo e sangue. A história do nosso povo é de muita luta, opressão e resistência, comenta o

historiador.

De acordo com Sérgio Guerra Filho, a ideia do livro é poder abordar essa trajetória histórica de lutas coletivas, populares e de organização das classes trabalhadoras com a produção de uma espécie de balanço que respondesse o quanto avançamos e o quanto ainda precisamos avançar.

“A lição que temos é que a democracia não acontece só na hora de ir na urna. O 2 de julho tem um papel civilizatório importante, aí vemos que aconteceram coisas para além do que, em geral, as pessoas costumam saber. E isso não diz respeito apenas a Bahia, mas a todos os espaços que constituem essa nação”, afirma.

## O cortejo

Em diversos pontos do estado, são realizados grandes cortejos, de caráter cívico, com destaque para os heróis anônimos representados pelas figuras dos caboclos e caboclas, marcando a data da vitória, quando o exército formado por brasileiros entrou na cidade de Salvador desocupada pelos inimigos portugueses.

Além de Salvador, o professor cita outros locais onde há o evento, como em Itacaré, Saubara, Caetité, Itaparica, Cachoeira e São Félix. “Originalmente, a festa não foi organizada pelas autoridades, foi uma festa que surgiu a partir dos próprios veteranos, e depois as autoridades entraram para organizar porque festa e rebeldia eram coisas que andavam juntas”, destaca Sérgio Guerra Filho.

“Hoje é uma festa que a cidade inteira se mobiliza, as escolas, as casas ficam enfeitadas, as pessoas vão para rua para cultuar esse ente que é o caboclo, que representa muito o que é o povo baiano, é uma comoção, é uma festa que mistura tudo, o cívico, o festivo e até o religioso”, comenta o professor.



01/07/1990

## América Latina Cria o Foro de São Paulo

Seminário internacional promovido pelo PT em São Paulo, em parceria com outras organizações e partidos de esquerda da América Latina, dá origem ao Foro de São Paulo. A organização é criada com o objetivo de buscar alternativas ao receituário neoliberal que começava a ser hegemônico no mundo.

Naquele ano fora lançado o Consenso de Washington, com receitas econômicas que, aplicadas por vários governos da região, tiveram resultados desastrosos. O fracasso posterior do neoliberalismo na América Latina contribuiria decisivamente para o surgimento na década seguinte de governos de esquerda e de centro-esquerda na maioria dos países.

Desde então, o Foro de São Paulo faz reuniões periódicas nos países que têm partidos ou organizações filiadas. São mais de cem, incluindo partidos com diferentes matizes de esquerda (esquerda, ultraesquerda, sociais-democratas e comunistas), organizações sindicais e sociais, grupos étnicos e movimentos da esquerda católica.

A 20ª e última reunião do Foro de São Paulo foi realizada em La Paz (Bolívia), em 28 de agosto de 2014. Seu tema central foi a mobilização pelas vitórias eleitorais de Dilma Rousseff (Brasil), Evo Morales (Bolívia) e Tabaré Vázquez (Uruguai). Todos foram eleitos.

28/06/1997

## SP faz sua 1ª Parada do Orgulho Gay

Inspirada nas “gay pride parades” realizadas desde 1969 nos Estados Unidos, a primeira Parada do Orgulho Gay reúne em São Paulo cerca de 2 mil pessoas que protestam contra a discriminação e a violência sofridas por gays, lésbicas e travestis. O tema central da manifestação – “Somos muitos, estamos em várias profissões” – procura dar visibilidade ao público GLT (gays, lésbicas e travestis) e sensibilizar a sociedade para o convívio respeitoso com as diferenças, pressionando o Estado a garantir os direitos da comunidade homossexual.

Organizações como o Grupo Gay da Bahia e o Grupo Atobá apontavam um número crescente de crimes contra a comunidade GLT. Na década de 1990, foram registrados 1.256 casos de assassinatos por homofobia.

Em 1999, já com o nome de Parada do Orgulho LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), o evento entrou no calendário oficial da cidade de São Paulo, tornando-se o maior do mundo no gênero. Chegaria a contar com a participação de cerca de 4 milhões de pessoas em edições posteriores.



02/07/2009

## Brasil anistia imigrantes ilegais

O governo federal sanciona a Lei nº 11.961, regularizando a situação dos estrangeiros que entraram no país até 1º de fevereiro de 2009. Conhecida como Lei da Anistia Imigratória, o novo diploma legal simplifica a solicitação de residência provisória, o que garante aos imigrantes acesso a políticas públicas e permissão de trabalho.

A legalização é uma das medidas para combater o tráfico humano e as condições degradantes de trabalho a que são submetidos migrantes ilegais de baixa renda. A última lei de anistia imigratória no Brasil fora editada em 1998,

precedida por medidas similares em 1985 e em 1980.

Com a nova lei, mais de 40 mil imigrantes ilegais — originários principalmente de Bolívia, China, Paraguai, Peru e Rússia — regularizariam sua situação até 2010.

A crise mundial de 2008 também intensificaria os fluxos migratórios para o Brasil: segundo estudo da Organização Internacional das Migrações (OIM), no período de 2008 a 2009 o Brasil figuraria, pela primeira vez em 50 anos, como principal destino de europeus imigrantes.

O Censo de 2010 mostraria crescimento de 86,7%, em relação

a 2000, do número de imigrantes vivendo no Brasil há mais de cinco anos e com residência fixa. Na última pesquisa, 268 mil imigrantes estariam vivendo no Brasil, contra 143 mil dez anos antes. Sua origem seria, principalmente, Estados Unidos, Japão, Paraguai, Portugal e Bolívia.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br) [memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

# PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

*que transforma*

-  @fpabramo
-  @fpabramo
-  Fundação Perseu Abramo
-  (11) 5571-2609
-  fpabramo.org.br
-  teoriaedebate.org.br
-  fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE  
FORMAÇÃO  
ESCOLA  
NACIONAL DE  
FORMAÇÃO

**NAPPs**

**NOPPE**



Centro de  
Documentação e  
Memória Política  
Sérgio Buarque  
de Holanda